



Anais da Assembléia

Nº 151

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 1.980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 150.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1.980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e João Elísio.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quiel-se Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Tradição crescente no Paraná, a "Seleção Chuteira de Ouro", promovida anualmente pelo jornal "Diário Popular", conseguiu ser, por méritos indiscutíveis, um instrumento de apoio ao futebol profissional.

Escolhendo os melhores, com critérios de justiça, o "Diário Popular" empresta a força de sua comunicação ao desenvolvimento do esporte, conferindo aos eleitos homenagens que todos, individualmente, gostariam de prestar.

Justo destacar a compreensão do Diretor do tradicional jornal, Dr. Abdo Kudri, franqueando suas páginas para a promoção sadia do esporte paranaense.

Ao reconhecer esse comportamento, este Parlamentar, na forma regimental, propõe a consagração de um voto de regozijo ao "Diário Popular" e aos seus homenageados, escolhidos como os melhores do futebol do Paraná em 1.980.

Da decisão Plenária, requeiro seja cientificado o Diretor-Presidente da Editora "Diário Popular", Dr. Abdo Kudri.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1.980.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao jornal "O ESTADO DO PARANÁ", pela realização da promoção consagrada "CORUJINHA DE OURO", premiando os melhores do futebol paranaense.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Através de uma pesquisa séria, reunindo dezenas de jornalistas profissionais, o jornal "O Estado do Paraná" apontou uma seleção justa dos melhores do futebol paranaense durante o ano de 1.980.

Sob a coordenação do jornalista Luiz Augusto Xavier, a promoção prendeu a atenção dos desportistas durante todo o ano, pois as parciais motivaram emoções e torcidas.

Finalmente, a lista dos melhores ficou pronta, culminando por premiar os maiores destaques.

Trata-se de uma festa considerada como o "Oscar do futebol do Paraná".

Uma perfeita avaliação do comportamento de atletas, dirigentes e árbitros, acompanhados de perto pelos cronistas que apontaram o resultado final.

Receber a "Corujinha de Ouro" é um privilégio desejado por todos aqueles que trabalham no esporte.

Quem está de posse de uma "Corujinha" pode declarar de peito aberto: — "Eu colaborei com o futebol paranaense.

Eis os melhores:

Wilson (Pinheiros); Doquinha (Cascavel); Marião (Colorado); Toninho Carlos (Matsubara); Ricardo (Pinheiros); Didi (Pinheiros); Luiz Freire (Coritiba); Ronaldo (Matsubara); Buião (Colorado); Claudinho (Coritiba); Jeiminho (Colorado) e Everton (craque do ano).

Serão premiados ainda: Ademir (Toledo); Terrinha (Bandeirantes); Roberto (Atlético); Osni (Pinheiros); Borba Filho, Bráulio Zanoto, Hélio Alves, Vidal Peres e Munir Calluf.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar pedido de estudos e pesquisas, por parte do IPARDES e Secretaria do Planejamento, sobre a correlação direta entre a cultura da soja e vertiginoso declínio da suinocultura paranaense, nos últimos anos, tendo em vista os aspectos econômicos e sociais do Estado do Paraná.

Que da decisão comunique-se, também o Sr. Governador do Estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, além da Associação paranaense de Suinocultores e Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1980.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Dois fenômenos econômicos registraram-se no Paraná na última semana. A fantástica expansão da sojicultura e a vertiginosa queda da suinocultura. Estreita correlação liga tais

fenômenos, porém ainda não devidamente avaliada.

Não apenas para o Governo do Estado do Paraná, mas para todos os governos brasileiros, interessa saber se houveram realmente vantagens na substituição da suinocultura pela soja. Os números quantitativos merecem avaliação.

Se a soja partiu de algumas milhares de toneladas para os milhões de hoje - num crescimento sem precedentes, importa e fundamental se faz saber, se ao retirar as milhões de cabeças de suíno adviram, para a Nação brasileira, vantagens.

Ademais, estudos se impõem para projeto destes fenômenos.

Continuará a sojicultura a crescer em detrimento da suinocultura?

Haverá possibilidades de intervenção nestes fenômenos econômicos no sentido de dirigi-los a um resultado satisfatório para os interesses regionais?

Precisamos de uma correta avaliação, porquanto para produzir uma cabeça de suíno, mínimos são os recursos e meios de produção que dependem-se de importação.

Já na produção da saca de soja, o componente de que necessita o Brasil, em importações sempre mais dispendiosas, eleva-se a cifras que começam a despertar suspeitas se a Nação não está a fazer o jogo do capitalismo transacional.

Além do mais, recentes estudos da FAO, é que afirmam ser necessárias de 8 a 9 grs de proteínas vegetais para a produção de um animal, dados que interessam diretamente ao nosso País, cuja população é carente de alimentação adequada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, solicitando revisão no sistema de aplicação de taxas de juros nos financiamentos para a agricultura, conforme exposição a seguir:

a) No sistema atual de cobrança de juros referentes a financiamentos destinados à agricultura, os valores das taxas são aplicados sobre o valor do financiamento contratado entrando em vigência a seguir da assinatura e liberação do contrato;

b) a liberação dos recursos financiados é feita em parcelas quase sempre em três etapas e em prazos diferentes:

- 1- parte do valor do contrato, cerca de vinte por cento é liberado imediatamente e destinado às despesas de preparo da terra e plantio;
- 2- parte do valor contratado, cerca de setenta por cento, é liberado na média, após 2 (dois) meses e destinado à aquisição de sementes, adubos e inseticidas, e é pago diretamente aos fornecedores;
- 3- o restante, dez por cento, é destinado às despesas de colheita e transporte e sua liberação, quando ocorre, é feita na época da colheita e conseqüentemente há poucos dias do vencimento do contrato.

c) Considerando-se que os valores são liberados em até três parcelas em épocas diferentes e que a aplicação das taxas de juros passam a ser feitas imediatamente à assinatura do contrato de financiamento, chegamos à conclusão de que, os juros cobrados, levando-se em conta esses fatores, passam a representar, pelo prazo médio, um acréscimo de até cem por cento para o agricultor;

d) acreditamos que a melhor política a ser adotada para um efetivo amparo ao agricultor, seria a de que fosse, a partir da assinatura do contrato de financiamento, implantada uma conta a descoberto em nome do contratante e os cálculos dos juros serem efetuados sobre o saldo devedor, nos prazos e de acordo com as parcelas de financiamento liberadas;

e) tais medidas tornam-se imperiosamente necessárias, uma vez que, nossos agricultores vêm sofrendo uma brutal descapitalização de alguns anos para cá, motivada por vários fatores e entre eles o de frustração de algumas safras, encontrando-se os mesmos em sérias dificuldades até para sobrevivência;

f) por outro lado a implantação dessa nova sistemática virá corrigir uma gravíssima distorção na política de financiamentos para a agricultura, pois se considerarmos que a remuneração do capital aplicado em cadernetas de poupança é feito levando-se em conta o saldo médio das mesmas, leva-nos a crer que a cobrança de juros agrícolas também poderá ser feito pelo mesmo sistema, ou seja, aplicação das taxas sobre o saldo médio devedor do contrato de financiamento.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1.980.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Sr. Dr. Amílcar Neves Ribas, M.D. Delegado Estadual da CIBRAZÉM, no Paraná, solicitando a necessidade urgente da implantação da CEASA, no armazém da CIBRAZÉM, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1.980.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

Encarecemos certa urgência para o acima solicitado, pois a concretização dessa reivindicação é aguardada com grande ansiedade pela comunidade toledana.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao ilustríssimo Senhor DOUGLAS SOUZA LUZ, MD. Presidente da COPEL, solicitando a extensão de rede elétrica na Rua 8, Jardim Monza, no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

As populações carentes sempre são forçadas a arcar com os maiores ônus da urbanização e do desenvolvimento, a exemplo do que ocorre com a atual e já antiga política adotada pela COPEL.

Tanto na Capital, como no interior, os bairros pobres habitados por assalariados sub-empregados, além de arcar com o peso da falta de estrutura básica de saneamento, ainda são forçados a pagar postes e instalações de redes nos locais poucos habitados, por se tratar de uma política econômica interna da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

É o caso do presente requerimento a exemplo de tantos outros já formulados verbalmente por este Deputado a respeito de iluminação e instalação de energia elétrica em residências.

O caso em tela, segundo os moradores reivindicantes, necessita da implantação de 04 (quatro) postes, para que diversas casas sejam eletrificadas.

E como ponto de referência citamos as proximidades do número 17 da rua 8, imediações da Igreja Evangélica, para o qual solicitamos um atendimento especial, já que brevemente toda a imediação do local será habitada em função até do templo evangélico já mencionado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofícios aos Senhores Gerente Regional do Banco Nacional da Habitação, Sr. LUIZ ANTÔNIO VELOZO DE SOUZA e ao Diretor Presidente da COHAB, Dr. Rafael Dely, solicitando estudos para o parcelamento das prestações atrasadas dos moradores do Jardim Samambaia em Paranguá.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Grande parte dos moradores do Jardim Samambaia, não sabe como pagar as prestações atrasadas da casa própria, especialmente após o último reajuste autorizado pelo BNH.

Segundo os moradores, o INOCOOP deu o "ultimatum": ou eles pagam os atrasados que estão no cartório, ou serão despejados.

A situação é tão grave que já há desespero entre os moradores, especialmente os de baixa renda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Mais uma vez a força da prepotência do Regime prevalece sobre um movimento popular pacífico - a reivindicação dos suinocultores.

Aqui convém lembrar palavras do saudoso ex-Presidente John Kennedy, quando disse: "todas as vezes em que os movimentos pacíficos se tornam impossíveis, está se provocando a violência".

Em Mat. Cândido Rondon no dia 28/11/80 o movimento "JUSTIÇA E TRABALHO" se conduzia dentro do maior sentido de respeito e da ordem absoluta, tendo à frente do frigorífico das multinacionais "Swift Armour" um grupo de pacatos suinocultores reivindicando o que foi considerado justo e de direito, por todos os Parlamentares desta Casa bem como pela Igreja, órgãos de classe, sindicatos e associações de vários municípios do Estado do Paraná — um aumento necessário e real onde fosse levado em conta, o elevado custo de produção de suínos bem como o reconhecimento pelo direito de remuneração pelo trabalho e esforço empregado no setor.

Este movimento pacífico, sem desordem, sem armas, fardado e munido de homens movidos pela legítima razão da luta pela sobrevivência, obteve a estúpida e grosseira resposta do Governo, que, deflagrada a sua incompetência e seu real comprometimento com o capital estrangeiro, enviou tropas militares para o local dos movimentos a fim de atemorizar aos que nada mais pretendiam se não, justiça e melhores preços na comercialização de seus produtos.

Chegando em Mat. Cândido Rondon, a tropa militar fez uma verdadeira demonstração de força, ao expor diante do público estupefato, uma metralhadora-tripé, de pesado porte, a qual foi instalada em plena via pública.

Em seguida a tropa movimentou-se pelas vias centrais da cidade em marcha-desfile, numa verdadeira exibição de força e poderio bélico.

Queremos crer ao não encontrarmos outra explicação, que tal atitude teve o intuito apenas intimidatório.

Mas acreditamos que o Exército brasileiro está constituído para defender o povo de possíveis inimigos externos.

É de conhecimento de todos, que os pequenos suinocultores, importante parcela da laboriosa população brasileira, procurava defender-se da exploração do capital estrangeiro que corroendo nossa economia, se constitui no inimigo fatal cujas

armas monopolistas geram a fome e a miséria que envolve a Nação.

Mas essas mesmas forças estrangeiras, aliadas à burguesia capitalista no campo da suinocultura, ousou servir-se dos pequenos e humildes suinocultores, utilizando-os como "bucha de canhão".

Tendo "eles" o capital estrangeiro monopolizador da indústria de comercialização de suínos, alcançando aumentos suficientes bem como havendo as grandes empresas suinograngeiras, alcançado aumento satisfatório, deram a sua última cartada contra o pequeno suinocultor, qual seja, dispersar pela força e ameaça das armas, o movimento "JUSTIÇA E TRABALHO", reivindicatório de direitos mais uma vez não conseguidos.

É profundamente revoltante o que assistimos, a opressão contra soldados sem farda, munidos da arma maior que é a razão, vencidos pela ameaça da força de repressão e conivência de um regime que pouco a pouco vem apodrecendo na inanição à sombra das multinacionais e seus impérios capitalistas e escravizadores de nosso povo.

Lamentável em tudo isto, é termos que admitir a subserviência do Governo e de seus aparelhos de repressão, postos a serviço dos interesses do famigerado e selvagem capital estrangeiro.

E mais uma vez, ao povo, resta-nos dizer que a luta continua, e ao mesmo tempo, agradecer pela coragem daqueles que ainda esperam buscar a liberdade."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidecino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante longos anos de convivência e de trabalho neste Parlamento, temos ouvido de vários Parlamentares, principalmente da Oposição, críticas acerbas contra a administração do IPE, Instituto de Previdência do Estado, que não tem dado o atendimento adequado, para os servidores públicos e ele filiados.

Sr. Presidente, já vieram vários Parlamentares, inclusive buscando até Comissão Parlamentar de Inquérito para levantar problemas relacionados com a administração do IPE.

E por uma ironia do destino, Sr. Presidente, ontem uma pessoa da minha família, marcou três consultas consecutivas porque nenhum dos médicos atendeu às especialidades relativas à consulta que esta pessoa da família desejaria fazer.

E o pior, Sr. Presidente, muitos servidores do interior do Estado, que buscavam consultas médicas no Instituto de Previdência do Estado, não conseguiram, apesar de ficar em fila durante o dia inteiro de ontem.

Sr. Presidente, no momento em que o Governo do Estado, manda uma mensagem para a Assembleia Legislativa, inclusive alterando o percentual de desconto para fins de previdência e de assistência, de seis para sete por cento, conseqüentemente, em 82 para oitenta por cento de desconto dos vencimentos dos funcionários.

É de estranhar, Sr. Presidente, que essa instituição não tenha tido o cuidado de atender adequadamente principalmente, nos últimos dias e talvez até, por força desta última administração do Instituto.

Deixo aqui, Sr. Presidente, e faço um apelo para que, a chefia do Instituto de Previdência do Estado tome as devidas providências.

Porque, do contrário, esta Assembleia através pelo menos, dos integrantes da Oposição, tomará uma medida que possa até chegar a escândalo dentro da administração do Instituto.

Faço este apelo não apenas como represália e nem como

acusação, mas o faço em nome do servidor, daquele necessitado que busca assistência médica e que muitos médicos, e provavelmente muitos dos quais desejando ampliar a sua margem de vencimentos mensais, não estejam cumprindo com a sua parcela de obrigação e atendimento no IPE. Ressalvada as honrosas exceções que é do nosso conhecimento.

Mas ontem, aconteceu Sr. Presidente, um fato, que é impossível de ser acalentado sem denúncia. E esses médicos precisam, e nós esperamos, que a chefia do IPE tome as necessárias providências, porque se não este Parlamento será movido a fazer alguma coisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "A situação da Polícia Militar do Paraná atualmente é insustentável. Como servidores públicos, seus integrantes vêm enfrentando a deterioração dos vencimentos imposta a todos os funcionários. Como membros de um quadro especial não conseguem a equiparação de seus vencimentos a outras corporações similares no País.

A sociedade inteira vive sob a pressão econômica da inflação e da política salarial. Daí resulta o aumento das tensões na sociedade; aumento dos atos anti-sociais e da criminalidade; e daí resulta maior pressão sobre os organismos de segurança e de serviços técnicos especializados de prevenção para a ordem pública e de segurança dos cidadãos.

Muito se tem exigido e exige da Polícia Militar, do seu Corpo de Bombeiros, de seu Batalhão do Trânsito e sua Polícia Rodoviária; mas, ao mesmo tempo, muito pouco se reconhece de suas dificuldades e não se quer reconhecer o seu caráter técnico especializado.

A gama de serviços que a Polícia Militar presta ao Estado é tão ampla e complexa que exige de nós uma atitude e medidas diferentes daquela que a administração pública do Estado tem a respeito de serviços burocráticos. No entanto, aí está a primeira contradição: os cargos técnicos e de confiança do serviço público, com gratificações e adicionais, em muitos casos são duas vezes maiores do que o soldo básico e adicionais dos coronéis e tenentes-coronéis da Polícia Militar do Paraná. Enquanto os assessores especiais de gabinetes, com artifícios variáveis, têm salários entre Cr\$ 60.000,00 a Cr\$ 90.000,00, o tenente-coronel da Polícia Militar tem o salário bruto de Cr\$ 50.900,00, por mês.

A situação é de maior inferioridade se compararmos os salários da oficialidade da Polícia Militar do Paraná com os da Polícia de São Paulo; e mesmo em relação ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em relação ao Exército Nacional, um tenente-coronel tem vencimentos de Cr\$ 150.000,00, enquanto na Polícia Militar do Paraná esse salário é três vezes menos. Um segundo-tenente da Polícia Militar do Paraná ganha Cr\$ 19.900,00, enquanto igual posto no Exército rende Cr\$ 47.400,00. Um segundo-sargento da Polícia Militar ganha Cr\$ 16.900,00 e seu colega do Exército Nacional ganha Cr\$ 25.800,00.

Constatando esses desníveis de vencimentos entre servidores que têm hoje a mesma função da segurança interna, com maiores responsabilidades das Polícias Militares às quais está afeto o policiamento e operações especiais de segurança, não podemos permanecer passivamente, esperando que ocorram acertos na política econômica do Governo Federal ou o crescimento suficiente do Imposto de Circulação de Mercadorias do Estado. Não há sinais de mudança na política econômica e na situação, que se agrava dia a dia. Quanto ao ICM nós sabemos dos compromissos crescentes do Estado e que programas especiais estão aumentando o endividamento do Paraná com o

exterior.

Todavia, nós devemos ser coerentes: a segurança pública nos tem preocupado muito. O aumento da criminalidade e o crescimento das exigências para os serviços prestados pela Polícia Militar nos põem num dilema: ou reaparelhamos e aperfeiçoamos os serviços da Polícia Militar do Paraná ou a situação se agravará até que o colapso seja o final desta crise que atinge a corporação. Além da insuficiência de meios e instrumentos chegamos agora à desmobilização da vontade de servir. Tratados como militares de terceira classe somente poderão prestar serviços dentro da perspectiva que o Governo do Estado lhes traçou.

É urgente que o Governo do Paraná faça estudos e mande à Assembléia Legislativa uma mensagem com novos índices de vencimentos para a Polícia Militar do Paraná.

Porque o Governo do Paraná está em débito para com essa corporação. E em débito político-administrativo, também, no sentido de nomear um comandante que seja dos quadros da Polícia Militar.

Não há lei alguma que determine que o comandante da Polícia Militar do Paraná seja um coronel do Exército. Tanto é que Minas Gerais e o Rio Grande do Sul não aceitaram essas "sugestões" que são simples fruto do arbítrio implantado no País, e que contribuiu em muito para desmerecer a ação policial perante a população brasileira.

Pelo que soubermos, o Governador Ney Braga esteve em Brasília e postulou aos chefes nacionais essa substituição. E recebeu um sonoro "não". Simplesmente porque foi pedir o que não é de pedir nem exigir: é de fazer. O Governador do Paraná tem competência constitucional para demitir o coronel-comandante da Polícia Militar e nomear outro que seja do quadro da corporação.

Não o faz porque tem uma atitude política submissa ao Poder Central. Não acredita na abertura e no processo de democratização, nem mesmo nos limites capitulados na Constituição brasileira."

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em contato que mantivemos com vários Senhores Oficiais Superiores da Polícia Militar, nos foi demonstrado, nos foi patenteada a grande insatisfação que reina em toda a Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná. No próximo dia 4, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e isso é bom que seja bastante ressaltado, expirará o prazo que o Sr. Secretário de Segurança Pública pediu à oficialidade da Polícia Militar do Estado para que o Estado possa responder positivamente às reivindicações da Corporação Militar do Estado do Paraná.

São quatorze mil homens que prestam serviços de segurança preventiva em todo o Estado do Paraná e a insatisfação é geral, o clima é tenso e estes homens, que vêm ganhando salários rapidamente superiores ao salário-mínimo, não estão mais suportando a defasagem salarial em face do alto índice de inflação. E eles têm nos trazido a grande preocupação de que, ou o Governo do Estado se sensibilize com urgência sobre as suas reivindicações e encaminhe para este Poder, ainda antes do término desta Legislatura, o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, acompanhado da nova tabela de vencimentos, ou alguma coisa de muito grave poderá ocorrer.

Sabemos que a Polícia Militar possui serviços essenciais à comunidade, destacando-se dentre eles o serviço de Corpo de Bombeiros, a Polícia de Trânsito e a Polícia Rodoviária, e estas corporações estão dispostas a paralisarem as suas atividades, caso o Governo continue insensível e menosprezando as suas reivindicações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Londrina vai fazer mais uma festa para o Presidente João Figueiredo. Nesta quinta-feira, o Chefe do Governo estará na Capital do Café para participar da festa de inauguração da variante ferroviária que liberta o centro da cidade do tráfego de trens, e também inaugurará a Rua da Alegria, uma área de lazer.

Para os londrinenses, a variante tem muita importância, pois vários prefeitos desejaram fazer a mudança, porém coube ao atual a complementação de recursos e a festa. A própria Rua da Alegria tem significado municipal, porém simbolicamente demonstra que as aspirações urbanas não existem apenas em Curitiba e que o planejamento urbano hoje é uma exigência daqueles que se espremam nas cidades de porte médio e grande.

Independente de quem esteja à testa da administração municipal de Londrina, é fôrçoso reconhecer que são duas boas iniciativas, importantes para a cidade e o município. Nós todos queremos que as autoridades responsáveis aproveitem a última etapa do rei café, hoje, já nem nobre, nem chefe. Londrina terá que caminhar com suas possibilidades industriais (incipiente, ainda), comerciais e da agricultura em geral. O povo terá que assumir a cidade e o seu destino. E isto é muito bom para a democracia.

Se as festividades são importantes para Londrina, não podemos dizer o mesmo para o Governo do Presidente Figueiredo, ou para o Governo do Sr. Ney Braga. No máximo, o Governo Estadual mandaria a Londrina o Secretário dos Transportes e o Secretário do Interior para cortar as fitas.

Ocorre que o Presidente Figueiredo não tem muitas coisas para inaugurar e distribuir seu tempo entre visitas ao Norte e Sul, entre o Leste e o Oeste. Depois, o General João Baptista Figueiredo gosta de Londrina, como nós, porém por razões diferentes. O Presidente não aprecia muito visitar cidades como Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, com seus um milhão e duzentos mil habitantes, compartilhando espaço limitado, com muita miséria e evidência da miséria. O Presidente preferiria inaugurar uma obra no Porto de Paranaguá, mas não visitar um bairro pobre daquela cidade.

Londrina é uma cidade onde existe pobreza, mas ela está sendo retocada em termos urbanos. Disfarça bem a sua pobreza. E na verdade, alguns bairros têm recebido obras de infra-estrutura que melhoram o quadro da habitação, que diminuem as dificuldades de vida.

Atrair o Presidente para inaugurar a variante ferroviária de 17 quilômetros e a Rua da Alegria é um feito político do Prefeito de Londrina. E, como feito, ele convidou, com todo o direito, os Prefeitos do Norte do Paraná, para participarem da festa e de sua glória. O povo em festa, o Prefeito em festa, e os prefeitos em festa.

Isso, no entanto, desagradou o Governo do Estado. É muito prestígio para um recém-ingresso prefeito, mesmo de uma cidade importante como Londrina. Parece que o Prefeito de Londrina, embora no PDS, não é inteiramente confiável; não pode obter grande prestígio político. Isso desagradou os seus companheiros de partido que têm acesso ao Palácio Iguaçu.

Vai daí que o cerimonial do Palácio Iguaçu mandou um recado para o Prefeito de Londrina, de que ele teria apenas algumas poucas vagas na litorina, e que no restaurante não poderia encher com prefeitos e convidados, em detrimento da equipe do Governador, e do comando político representante de Londrina na Capital do Estado.

Imagino até que o prestígio do Prefeito de Londrina possa, quem sabe, somar ponto em suas aspirações políticas, e que o cerimonial do Iguaçu recebeu ordens de cortar as asas políticas do Prefeito.

A festa de Londrina, em torno de sua variante e da Rua da Alegria, está provocando uma guerra de prestígio. Querem dimi-

nuir o feito do Prefeito, reduzindo-o a mero auxiliar do Governo do Estado.

Independente do prestígio de Londrina junto ao Presidente; independente do prestígio do Prefeito por ter realizado as duas obras; independente da festividade popular pelos acontecimentos, o Governo do Paraná dá mostras de que não confia no Prefeito de Londrina e quer diminuir o seu direito de promover e dirigir a festa.

O povo está em festa e viverá outros acontecimentos da administração municipal de Londrina. Viverá e decidirá do prestígio do Prefeito, de seus caminhos políticos e de seu destino acima de nossa vontade pessoal e dos desejos do Governo do Estado. Por ora, a festa é do povo; e isso é o que realmente importa."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, inserito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A "Capital da Soja" completa amanhã dezenove anos de emancipação político-administrativa. Palotina está em festa, a celebrar a data, desde o último dia 25 de novembro.

Mesmo antes do Governo Federal apresentar como prioridade a agricultura, o Município de Palotina já demonstrava toda sua pujança em termos de produção agrícola, ganhando o título de "Capital da Soja".

O valoroso povo palotinense demonstra, a cada ano que passa, maior exemplo de trabalho e prosperidade. Palotina vem registrando assim, nos últimos anos, os melhores índices de produtividade em todo o Estado, tanto com relação à soja quanto ao trigo, destacando-se ainda um grande aumento no plantio do milho, cuja safra passou de 6.630 toneladas em 1.977 para perto de 40.000 toneladas no início deste ano.

No tocante à soja, a produção do município em 1.977 foi de 180.208 toneladas, contra as 220.000 toneladas registradas no transcorrer deste ano.

O trigo também teve sua produção substancialmente aumentada, saltando das 67.000 toneladas colhidas em 1.977 para aproximadamente 120.000 toneladas registradas na recente safra deste ano.

Esses números provam o valor e o brio do homem da terra do Município de Palotina. Um homem que aprendeu a cultivar o solo, respeitando a natureza e sabendo tirar da terra o pão de cada dia.

Palotina cresce e nestes seus dezenove anos de emancipação político-administrativa faz com que toda a Região Oeste do Estado festeje conjuntamente a data. À frente do município o Prefeito Aloísio Valérios que ao seu lado, trabalhando de forma conjunta e ordenada, está a Câmara Municipal, presidida pelo Vereador Neuro José Daniel.

Executivo e Legislativo trabalham juntos para o desenvolvimento da "Capital da Soja". E o fruto deste trabalho está presente nos números expressivos da produção agrícola do município que se superam ano após ano."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresento neste instante um requerimento, que passo a seguir a ler:

"Sr. Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a transcrição em ata de um voto de louvor pela passagem do 19.º aniversário de emancipação política do Município de Palotina, a ser comemorado amanhã.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1.980

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Ao completar 19 anos de emancipação político-administrativa, o Município de Palotina registra índices de produtividade agrícola que batem recordes no Estado, o que demonstra o trabalho e a pujança do agricultor palotinese.

Na última safra, a produção agrícola palotinese foi a seguinte:

soja	220.000 toneladas
milho	40.000 toneladas;
trigo	120.000 toneladas.

Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é segredo para a Nação inteira, que sofre na própria carne os rigores da inflação brasileira, que atingiu, nos últimos 12 meses índices nunca vistos na História do País.

Temos acompanhado o esforço, o trabalho das autoridades monetárias no sentido de se encontrar uma fórmula para o combate à inflação. Até agora todas as medidas tomadas se revelaram infrutíferas, se revelaram negativas, apesar do sempre crescente otimismo do Ministro Delfim Neto.

Ainda agora, a Confederação Nacional da Indústria acaba de oficializar à CEPLAN dizendo das suas apreensões, das apreensões dos industriais brasileiros com relação as novas medidas liberalizantes adotadas por Delfim Neto acerca de 20 dias.

Temos acompanhado também todas as medidas correlatas tomadas pelo CEPLAN, no sentido de conter o índice inflacionário.

Temos também acompanhado - até com certa apreensão - as tentativas que fazem alguns economistas de induzir o Governo a recorrer ao Fundo Monetário Internacional.

Segundo a teoria desses economistas, é o FMI que contém a fórmula mágica capaz de reduzir o índice de inflação brasileira, e citam como exemplo, o que aconteceu com o Chile que experimentava, há 2 anos atrás, uma inflação da ordem de trezentos por cento, ao ano, e que agora caiu perto de cinquenta por cento ao ano, com perspectivas de, em 1.981, reduzir para trinta por cento ao ano.

Temos também acompanhado os efeitos desastrosos produzidos à economia nacional pela Instrução n.º 268, em que fixa a expansão monetária em apenas quarenta e cinco por cento.

E agora, principalmente agora, no último trimestre do ano, quando toda a rede bancária, a rede de financeiras, que operam no País, esgotaram o seu limite de aplicação, exatamente, nos dois últimos meses do ano, quando principalmente a pequena e média empresa mais necessitam de recursos para fazer frente aos seus compromissos, não só com os fornecedores mas com o próprio Governo e, principalmente, com os seus funcionários, - todos sabem que dezembro é o mês do 13.º salário, e todas as pequenas e médias empresas não têm como pagá-lo, porque os bancos fecharam suas carteiras de operação de crédito, fecharam sua carteira de empréstimo, porque todos eles já atingiram o limite de quarenta e cinco por cento, fixado por aquela Instrução a que me referi, há poucos instantes.

Nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que submeto à apreciação da Casa requerimento, apelando ao Ministro Delfim Neto que proceda uma revisão na determinação de que o crédito seja expandido em apenas quarenta e cinco por cento no ano de 1.980, pelas razões que expus e porque se essa medida não for tomada vai se estabelecer, inevitavelmente, o caos, levando à falência; ao desespero, centenas e centenas de pequenas e médias empresas, principalmente as médias empresas que têm a sua folha acrescida pela nova política salarial. Agora, de 1.º de novembro para cá, teve as suas

folhas acrescidas, e que terá reflexos desastrosos principalmente no mês de dezembro. O teor do nosso requerimento, Sr. Presidente, é o seguinte: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo aos Ministros Delfim Neto, do Planejamento e Ernani Galvão, da Fazenda, no sentido de que seja revista a limitação da expansão de crédito em quarenta e cinco por cento.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

Se por um lado tal medida foi benéfica, por outro trouxe inúmeros problemas para o pequeno e médio empresário, que já começa a enfrentar problemas a partir deste mês, com o não pagamento do décimo-terceiro salário para seus funcionários.

Os bancos, com seu crédito limitado, não têm como fornecer o financiamento, o que poderá levar milhares de empresas a fecharem suas portas nos próximos meses."

A justificativa foi exatamente essa que fiz e para cujo requerimento espero a aprovação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nas últimas semanas o Paraná, através do movimento "JUSTIÇA E TRABALHO" dos suinocultores do Sudoeste e Oeste, esteve presente nas principais notícias de ordem econômica e política do Brasil. O movimento desencadeado no Paraná, alastrou-se a Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, estamos endereçando à Secretaria de Planejamento do Estado e ao IPARDES, um pedido para que se faça um amplo estudo e uma pesquisa sobre os dois grandes fenômenos econômicos: que ocorreram na última década, no Estado do Paraná.

Um deles, fenômeno negativo, foi exatamente a suinocultura e em correlação direta e inversamente proporcional, o fenômeno da sojicultura.

Enquanto a cultura da soja em 10 anos partiu de patamares não superiores a duzentas mil toneladas para aproximadamente seis milhões de toneladas, a suinocultura caiu no último decênio de oito milhões de cabeças para uma cifra não superior a quatro milhões e meio.

É importante, Sr. Presidente, não só em termos de Paraná mas em termos de Brasil que se investigue a fundo, exatamente qual é o significado da expansão da soja neste Estado.

Sabemos que a soja é diretamente responsável pela queda e até pelo extermínio de outras culturas.

Ora, hoje, passados 10 anos, nós vemos se mostrarem infrutíferas todas as tentativas de se incluir no hábito alimentar do brasileiro, a soja como um dos principais componentes da alimentação, ou do prato, ou da receita ou da dieta do brasileiro.

No entanto, Sr. Presidente, foi a soja, através do óleo de soja, que retirou praticamente da mesa do brasileiro, a banha de porco. Única gordura utilizada há 10 anos atrás e que sem dúvida nenhuma era o principal componente das frituras e gorduras utilizadas na alimentação brasileira.

Há que se estudar a fundo e que se indagar perfeitamente, se essa expansão da soja trouxe vantagens à Nação, ou se ela na realidade, nada mais foi do que um mecanismo do capitalismo imperialista, para forçar aqui nas terras cultiváveis do Brasil, criar-se, praticamente, uma agricultura cativa que vá servir os

interesses transacionais.

Note-se Sr. Presidente, que recentes estudos da FAO, consideraram e provaram, que para a produção de uma grama de proteínas animais, são necessárias nada menos nada mais, do que 8 a 9 gramas de proteínas vegetais. O que se vale dizer, de 9 gramas de proteínas vegetais, há que se fazer a redução de um oitavo, para termos uma grama de proteínas animais. Donde à primeira vista, entender-se de que uma tonelada de carnes ou de derivados de suíno, equivaleria dizer em termos alimentares a 8, a 9 toneladas de produção vegetal.

É evidente, de que os números, de que a quantidade cria uma ilusória paisagem no Paraná. O Paraná partiu de algumas milhares de toneladas para milhões de toneladas de soja. A própria paisagem do Paraná, hoje, como maior produtor de soja, como o maior Estado produtor de soja no Brasil, criou uma paisagem verdadeiramente ilusória, porque parece que nasce do solo paranaense, ponderável riqueza. Ao passo que se confrontarmos os números, e se avaliados os meios de produção, nós passamos a questões importantes e que não estão bem esclarecidas.

Vejam, Srs. Deputados, que para a produção do suíno, o Brasil praticamente não necessita de nenhum componente que seja importado. Toda a tecnologia, todos os recursos são provenientes daqui mesmo, o que vale dizer, que quando produzíamos 8 milhões de cabeças de suínos, com um desfruto e muito bom, não necessitávamos praticamente, de nenhuma importação para produzir esta riqueza. Hoje, Sr. Presidente, quando produzimos seis milhões de toneladas de soja e não produzimos mais os suínos, porque a soja retirou os suínos. Nós nos assustamos com o elevado índice de importações que são necessárias para a produção deste vegetal.

É evidente e a todos assusta, as elevadas cifras de importações hoje necessárias, para produzirmos a soja. Não só no problema dos adubos, dos insumos, dos herbicidas, mas principalmente e em razão direta, dos sofisticados mecanismos e maquinário necessários para a produção da soja.

Vejam Vossas Excelências, que verdadeiros parques industriais, todos eles de capital multinacional, aqui se instalaram numa indústria que podemos dizer claramente, hoje fazer o verdadeiro consumismo capitalista.

Chamo a atenção dos Srs. apenas para um detalhe, para se colher a soja, hoje, o agricultor brasileiro, está condicionado a ter uma ceifadeira que custa no mínimo de três a quatro milhões de cruzeiros. Mecanismos governamentais asseguram financiamentos até seis anos. O que vale dizer, para se pagar os três milhões de cruzeiros, o proprietário de uma dessas máquinas, que normalmente são famílias, ou pequenas famílias de agricultores, devem trabalhar seis anos para efetuar o pagamento desta máquina. Porque três milhões divididos em seis anos, representariam a cifra de 500 mil cruzeiros por ano.

O que vale dizer, se reduzirmos para o quanto mensal, é necessário que esta família, produza uma ordem de 45 a 50 mil cruzeiros destinados exclusivamente ao pagamento desta máquina. E esta máquina trabalha efetivamente dois meses por ano, ficando ociosa o restante dos outros dez meses.

O que vale dizer de que o trabalho, o serviço e a força de trabalho de uma família que se fosse destinado, por exemplo à suinocultura, e que seria revertido inteira e integralmente à nossa Nação, hoje através deste simples mecanismo da ceifadeira, ele é em grande parte este trabalho, esta força de trabalho é carregada à grande indústria e o que vale em consequência dizer, ao capital multinacional que aqui tem, praticamente hoje um mercado cativo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Permitirei à Vossa Excelência após concluir este pequeno raciocínio. Ora, nós vemos hoje a propaganda maciça na televisão de todas as multinacionais pro-

dutoras de ceifadeiras, levando praticamente o nosso agricultor a optar ou a escolher, ou ser condicionado a escolher através da grande propaganda esta máquina que na verdade trabalha dois meses por ano, e que quando se termina de pagar o seu financiamento, no curso de seis anos está imprecioso.

Mas o que é uma ceifadeira? Nada mais, nada menos Senhores, do que um trator sofisticado, com alguns acessórios acoplados.

Ora, é de se perguntar: se a Nação, se o País pode do e ter o luxo de deixar um trator ocioso dez meses por ano. Porque quando trabalha a ceifadeira, o trator está parado: quando trabalha o trator, a ceifadeira está parada. O correto, Senhores, se houvesse um planejamento e realmente esta indústria estivesse voltada efetivamente para os interesses nacionais, este trator poderia trabalhar os doze meses por ano, e na época da colheita um simples acessório, como é feito em muitos países socialistas, não faria com que estas máquinas ficassem praticamente ociosas e se praticasse o consumismo em cima de um processo produtivo.

Daí porque há que se indagar se realmente a soja veio para servir realmente aos interesses da Nação, ou se veio realmente para servir o capital internacional.

Como eu disse, hoje por mais que se tente feiras, exposições, receitas, pratos, tem sido feito tudo para incutir o hábito alimentar e fazer com que a soja seja um componente da alimentação do brasileiro. Na verdade, Srs. Deputados, isto não se tem conseguido porque o hábito alimentar de uma Nação não se muda de um dia para o outro. Ele faz parte da própria cultura, ele faz parte da própria História de uma Nação.

Então, quando nós vemos os números há uma falsa ilusão de que a soja, o bom da soja que valorizou as terras, que tocou muita gente do interior, que produziu a evasão rural mas que na prática nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado acabou com a suinocultura, há que se indagar realmente, se ela veio para os reais interesses da Nação, ou se ela veio em franco, direto detrimento dos nossos interesses maiores, que são os interesses do povo brasileiro.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Nilso Sguarezi, agradeço essa participação que Vossa Excelência me concede, e realmente temos de reconhecer que o assunto que Vossa Excelência traz da tribuna me parece ser um dos mais sérios, em termos nacionais e principalmente aqui nesta parte da chamada República pacífica do Brasil, o Estado do Paraná.

É verdade o que Vossa Excelência diz como indagação. Eu diria e já disse em outras palavras como afirmação, a chamada macro-agricultura imposta pelo Regime militarista que aí está, muitos dos seus componentes dos seus quadros ativos, até hoje indagam se é válida esta forma introduzida na economia brasileira.

Mas o grande questionamento disto, Deputado, não é só a mudança alimentar, os hábitos, o problema do colesterol, porque os vegetais têm mais gordura do que os animais; isto cria uma limitação inclusive na esfera de vida do povo brasileiro. Penso que a questão maior é de natureza econômico-social, como coloca muito bem Vossa Excelência. É nisto que quero me congratular com Vossa Excelência e dizer mais: este processo de financiamento para o agricultor tem dupla finalidade. Ou seja, agilizar o mercado de capitais, permitir o excessivo lucro das multinacionais que se implantaram nesta República pacífica do Brasil e se enriquecem e, através de leis excepcionais, permitem remessas de lucros até muito recentemente, ainda quando era Ministro Mário Henrique Simonsen.

É verdade que mudou muito pouco esta mecânica de evasão de riquezas produzidas pelo povo brasileiro, mas máquinas, tratores, implementos e esta série de coisas fabricadas pelas multinacionais, inclusive pesticidas, fertilizantes, adubos, herbicidas, toda esta gama, este complexo que a agricultura está a absorver, além de criar problemas para o solo, a limitação de vida do pró-

prio solo, cria limitação de vida para o povo brasileiro. Porque fica morrendo de inanição nos grandes centros urbanos e carregando para os mesmos, toda a riqueza nos campos brasileiros. Aí estão as canaletas de ônibus expressos e assim por diante, Deputado, para não tomar mais o tempo de Vossa Excelência.

Acho que o Governo brasileiro deveria tomar-se de bríos e olhar mais não só para o problema macro-econômico, mas para o problema eminentemente social, que é um derivado das distorções econômicas criadas por esta política errada, que é renitente e não quer admitir que está errado. Por isto, ofereço a Vossa Excelência as minhas mais sinceras homenagens por Vossa Excelência trazer à tribuna este pronunciamento.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Fornecerei pela ordem ao Deputado Gabriel Sampaio, que havia solicitado e ao Deputado Kirinus; mas antes queria fazer uma pequena consideração, porquanto para concluir o meu raciocínio.

Há, efetivamente, um certo preconceito contra o suíno, a própria Bíblia tem passagens em que não recomenda a carne de suíno como uma carne nobre. Em 1975, já num compromisso de campanha que assumimos na nossa região, esclarecemos realmente se este preconceito havia razões científicas de sua existência; porque preconceito existe contra o negro, contra o judeu, contra o árabe e à verdade histórica e científica é de que o ariano não é nada melhor do que africano, e cientificamente também conseguimos provar de que o suíno não é pior do que o gado ou de outra alimentação animal.

Principalmente e especialmente com referência à banha ou à gordura do suíno. Lembro-me, os mais velhos sabem perfeitamente disto, de que era usual fazer-se o lanche nas escolas com pão e banha de porco, o que hoje se faz com pão e margarina. De alguns anos para cá a própria classe médica foi condicionada a acreditar na história de que a banha de porco seria a responsável pelo elevado índice de aumento do colesterol no sangue humano.

E o homem historicamente sempre teve medo da morte. Então criou-se verdadeiramente um preconceito contra a banha do porco e isto facilitou a entrada dos azeites vegetais e principalmente o azeite de soja.

Eu e o Deputado Deni Schwartz, num requerimento aprovado por esta Casa, solicitamos à Universidade Federal do Paraná, que pelo seu Departamento de Zootecnia fornecesse, o que fez após cuidadosos estudos, um laudo em que desmistifica esta falácia criada exatamente pelo capital multinacional, que aqui veio para introduzir, principalmente a industrialização dos óleos vegetais. Por isso, devo dizer aos Senhores de que até um processo ideológico foi montado para que o azeite vegetal e hoje o brasileiro da soja, efetivamente, concretamente, praticamente só usa o azeite de soja. Foi necessário retirar a banha do consumo, para que tivesse facilidade de entrar os azeites.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nilso Sguarezi eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, apenas para acrescentar alguma coisa ao seu pronunciamento.

Eu falava a Vossa Excelência há pouco e falo agora, oficialmente, neste aparte que lhe dou, que li recentemente um livro chamado "Mercado da Fome". A autora deste livro é uma engenheira-agrônoma norte-americana. Em que ela faz então uma análise completa do problema da fome no mundo. E desmistifica uma série de colocações usuais, nos dias que correm, em que a fome não é em função do aumento da população mundial e muito menos das áreas agricultáveis, mas sim dos inte-

resses do capitalismo internacional.

Então, numa passagem desse livro, ela fala, dando exemplo de alguns países africanos em que o interesse econômico, internacional, modifica, altera profundamente os hábitos da agricultura daquele determinado país.

E fala no exemplo da África, em que mudou uma cultura em que o povo se alimentava dela para plantar fumo. E fala no Brasil. E dá o exemplo da alteração feita na agricultura brasileira, com a introdução do cultivo da soja. E Vossa Excelência tem muita razão quando faz esta comparação da localização especialmente no Sudoeste, Oeste, da cultura da soja em detrimento da criação de suínos. Evidentemente que eles escolhem, e escolheram no caso nosso, a soja, porque brasileiro não come soja e não vai comer soja. Porque Vossa Excelência muito bem falou, são hábitos alimentares; é uma dieta nacional, que não vai ser alterada. Isto talvez aconteça daqui há alguns séculos, mas hoje, jamais. E toda a tentativa que se faz, Deputado Nilso Sguarezi, eu chego um pouco mais longe, ela é de certa forma demagógica, porque ela realmente não tem a intenção, o objetivo firme e sincero, de que o povo passe a comer a proteína da soja. Mas sim para dizer que a soja é um alimento riquíssimo; e que nós poderíamos, com a abundância de soja que temos, introduzir, na alimentação, especialmente das pessoas mais pobres e mais carentes, esse tipo de cereal.

Mas, Deputado Nilso Sguarezi, realmente é uma preocupação que nós todos temos e eu tenho refletido e pensado muito sobre este aspecto. Nós estamos vendo — e eu planto soja inclusive, no Mato Grosso, estamos vendo uma euforia do aumento — e Vossa Excelência sabe que ano a ano o aumento da área de plantio é realmente enorme. Vossa Excelência sabe pelas estatísticas que nós temos e que, realmente, isso tudo entra numa série de outras condicionantes, como, por exemplo, Vossa Excelência bem deu, do maquinário.

A máquina que se produz, para a agricultura, é material de consumo, para efeito de financiamento é que ela se diz material permanente, porque, muito antes de acabar o financiamento, acaba a máquina.

É mais grave do que isso é que tanto a máquina, quanto o adubo, como o inseticida é multinacional, como o trator que é multinacional, o Banco do Brasil faz o financiamento para o agricultor. E tanto a semente, como o adubo, como a máquina, o pagamento é direto. É o melhor negócio do mundo, não há nenhum risco. As empresas não correm nenhum risco, porque o dinheiro sai do banco e vai para o caixa da empresa, paga o bem comprado. E o agricultor é que fica com o ônus do pagamento, quando for colher a safra, se colher a safra, se o preço for compensador e se tiver condições de pagar aquele preço.

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas para ilustrar o que Vossa Excelência está falando, basta que cada um dos Srs. Deputados rememore, em suas cidades, quem são os novos ricos do Paraná? São exatamente os revendedores dessas máquinas agrícolas. Não há necessidade de apontar nomes, mas em cada cidade do interior do Paraná, é só lembrar-se os grupos, os homens que exploram esse tipo de comércio, para ver os que mais enriqueceram ultimamente.

Agora, há que considerar o seguinte: eles pegam a parte mínima, a parte do "leão" fica para as multinacionais.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eles pegam um percentual da venda.

Só para terminar a interrupção que faço ao seu pronunciamento, nobre Deputado, devo dizer que só lamento que não se veja, na imprensa nacional, esse tipo de preocupação. Ou seja, não se reflete, no Congresso Nacional, grandes preocupações com esse problema. Lamento que nossa Assembléia, nosso Paraná, politicamente tão desprestigiado ultimamente, se veja impossibilitado e impotente de fazer chegar a sua preocupação do Paraná, com relação a esse assunto.

É lamentável que se faça, com tanta ciência, com tanto "now-how", uma exploração como a que vem sendo feita em

nossa agricultura.

Obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço a Vossa Excelência.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, só para acrescentar alguns dados que me vieram, agora, à memória, quando fizemos um levantamento para depor na CPI da Terra, em Brasília, juntamente com o Bispo Dom Agostinho, Bispo de Palmas, lembro de um dado que, em 1975, o aumento da área arável, cultivável, mecanizada, no Paraná, foi de 74 por cento.

No mesmo período, o aumento da venda de tratores, foi de 750 por cento. Portanto, Vossa Excelência tem toda razão. E cientificamente, se pode mostrar, por estatística, que existe um jogo de interesse do capital estrangeiro por trás da política agrária brasileira.

E pior do que isso: existe um Governo comprometido com todas as forças, menos as forças populares. E de outras forças se vale ele quando reprime movimentos como esse dos suinocultores.

Porque, não se pode entender que se subsidie óleo de soja e também seria brincadeira, ou ingenuidade nossa, dizer que estão preocupados com a saúde da população, em evitar a banha. Porque, como disse Vossa Excelência, não existe dado comprobatório que a banha viesse a trazer prejuízos para a saúde. Muito pelo contrário, nós que nascemos no interior, sabemos que a banha era utilizada, antigamente, para conservar a carne.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa avisa o nobre Deputado que o tempo concedido a Vossa Excelência está esgotado.

No entanto, se a Liderança do PMDB assim entender, Vossa Excelência poderá usar o horário que lhe é reservado.

O SR. RENATO BERNARDI — O Deputado Nilso Squarezi usará o horário reservado à Liderança.

O Sr. Gernote Kirinus — Só para concluir: é um Governo que quando a soja ia bem, quando o pequeno agricultor que optou pela soja, e acabou com a suinocultura na sua pequena propriedade, iria obter lucro, veio o confisco, ou a variação do preço e esse Governo se associou ao agricultor durante vários períodos na hora do bom da soja. No entanto, há um Governo desavergonhado que não tem coragem de ser sócio na hora da crise, como essas, e se ele abrisse mão do ICM, já que a suinocultura não lhe interessa, pelo que temos visto, pelo preço desavergonhado em fixar o homem na terra como oficialmente tem propagado pelos quatro ventos e de nada adianta o Governo do Estado do Paraná realizar esforços e querer evitar a emigração, querer evitar o êxodo e fixar o homem na terra, se medidas como essas, vêm atreladas de cima, se esse Governo também está atrelado, amarrado pelos interesses multinacionais, do qual o interesse maior e os representantes maiores são os Ministros, são a área federal que nos governa.

Só isso.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria de lembrar já que estamos falando em soja e suínos, que o mesmo procedimento não tem tido o Governo, quando os produtores ou as grandes indústrias fabricantes de óleos vegetais, somem com o produto, boicotam os mercados para que suba o preço.

Nós não vimos jamais e todos os anos tem acontecido isso, ir a polícia, ir as Forças Armadas em cima das grandes indústrias que sonham o produto até que ele adquira preço no mercado, até que o Governo conceda o tabelamento no preço que eles entendem ser justo.

Então é para exemplificar perfeitamente o que Vossa Excelência disse: o comprometimento do Governo com o Capital multinacional. Quando o suinocultor foi reivindicar, num movimento pacífico, melhor preço, chamar a atenção do Governo, teve não só a polícia mas as Forças Armadas em cima do

seu movimento.

Vossa Excelência será testemunha como será a Casa de que brevemente vai faltar azeite nos supermercados, porque as indústrias vão mais uma vez sonégá-lo a fim de que ele adquira preço.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Agradeço e inclusive pretendíamos tratar do assunto suinocultura hoje, mas por falta de espaço, o faremos amanhã. Quero parabenizá-lo pelo assunto e pelo enfoque, fazendo o jogo de duas forças da economia do Estado e que são forças dominadas pela malha enorme do capital estrangeiro.

Especificamente na questão do consumo banha ou óleo de soja, por exemplo, não podemos esquecer que a Primor, que é um grupo da Sombra, da Samrig, que é o grupo Bung y Bern, ousou inclusive há algum tempo atrás, a exportar "out-doors" em várias cidades do Brasil, dizendo taxativamente, onde aparecia uma figura no painel: "Lá em casa não se consome banha, e sim óleo de soja".

Assim é que se manipula tudo. Há pouco ouvimos o problema das multinacionais. O que se fez a nível de terceiro mundo, por exemplo, através da Nestlé, substituindo o leite materno pelo leite em pó, um dos maiores crimes contra a humanidade que se tem conhecimento na história do homem, fazendo uma campanha violenta em todos os países principalmente da Ásia, da África e da América do Sul, com o objetivo de substituir o leite materno, fazendo com que se colocasse o fubá, o leite em pó e outras coisas mais.

E aí nós precisamos analisar o aspecto. Há só duas grandes forças no mundo que conseguem alterar hábitos alimentares: as multinacionais pela força, pelo poder político e econômico e pelas campanhas que promovem ou um Governo sério e popular que desenvolve modificação de hábitos alimentares para poder, em cima da sua produção, resolver o problema — alimentação, como fez a China, onde de cada mil chineses, em 1949, que nasciam, 200 a 250 morriam antes do primeiro ano de vida.

Hoje na China, de cada 1.000 (mil) chineses que nascem, 12 apenas morrem antes de atingir o primeiro ano de vida, em cima de modificação de hábitos alimentares, inclusive tendo como base a soja, e se transformando num dos países com menor índice de mortalidade infantil do mundo.

Portanto, quando há um governo popular, preocupado com a sua gente, ele tem condições de mudar hábitos alimentares. Como nós hoje somos grandes consumidores do pão de trigo que foi trazido ao País pelos imigrantes, quando o Brasil inteiro tinha como ponto de alimento do pão, o de milho ou o misto.

São hábitos que há interesse econômico por trás dele. Ligo aqui, que não há necessidade de muitos anos, quando há um governo sério e com base popular e a fim de atender os interesses populares e mudar hábitos alimentares. Não aqueles que são de traços culturais como é o caso do feijão, mas outros é possível.

E eu queria concluir dizendo que, vale a pena nessa hora, além dessa sua análise, lembrar que o Governo tem sido com uma expressão do nosso agricultor, "um chupim". Porque toda vez que há produção, vem sugar. Estimula e depois aplica o pecado de ter produzido bastante, é o caso típico agora da suinocultura. Houve o estímulo, fez-se o financiamento de pocilgas, agora que a produção está aí, o suinocultor está órfão e está pagando o pecado de ter produzido bastante num País dos maiores índices de mortalidade infantil por subnutrição, em que o povo passa fome.

Esse aqui é o único País do mundo em que as próprias leis da economia são derrubadas pelo Governo. Há uma super oferta, e portanto o preço deveria cair, e no entanto, havendo a super oferta do produto, que é no caso a carne de suínos, o preço para

o consumidor não cai. Cai para o produtor.

Então, na verdade, o suinocultor está hoje parado, e o movimento não terminou. Há pouco ainda recebi um telefonema, houve uma reunião ontem em Toledo e 400 pessoas representando os comandos das lideranças da região, amanhã irão se manifestar nas ruas de Palotina, aproveitando o dia do município, exigindo um preço para cobrir ao menos o seu custo de produção por quilo de carne. E na verdade, o Governo precisa aprender uma coisa, polícia, ou exército, para tentar reprimir as mobilizações, não resolverão. Porque na verdade, daqui a pouco tempo, faltarão homens para operações dessa espécie, que tal chegará o ponto de movimentos desse tipo, que faltarão homens para poder tentar reprimir ou intimidar, como nós tivemos inclusive no Município de Toledo, Rondon, Cascavel, Medianeira e fora todos os outros municípios do Sudoeste, principalmente na sexta e sábado da semana passada.

Parabéns pela sua colocação, e amanhã voltaremos a este assunto, enfocando mais esse movimento, porque entendemos que ele é muito sério, porque num Estado que tem apenas 250 mil operários, é na lavoura que estão acontecendo verdadeiros lances revolucionários. E talvez tenhamos me permita a expressão, e isso trataremos amanhã, tenhamos aqui no Estado do Paraná, o ABC rural, não o do Lula, mas o ABC do suinocultor, da nota promissória rural, da questão de Itaipu, das questões de terra do Sudoeste e do Oeste do Paraná em especial.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o ilustrado aparte de Vossa Excelência.

É evidente, de que todos nós que representamos de uma maneira geral, os interesses econômicos do Estado do Paraná, estejamos preocupados com esta grande indagação que colocamos aqui.

Mas há, Srs. Deputados, uma outra preocupação talvez de ordem mais ampla e mais abrangente, e que é a grande indagação que hoje mobiliza não apenas o Brasil mas o mundo inteiro, para a qualidade de vida. A cultura da soja, tem sido a grande responsável pelo grande desequilíbrio ecológico que tem ocorrido nesse Estado.

A maneira de como o homem está produzindo a erosão, que em grande parte a erosão está sendo produzida pelo homem e não pela natureza. O fantástico desequilíbrio ecológico que esses pesticidas, herbicidas e venenos têm causado, devem ser devidamente avaliados, pra ver se, na realidade, nós não estamos aparentemente causando um mal muito maior do que os possíveis benefícios que esta cultura venha a trazer.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, nós também fazemos parte de uma região onde os suinocultores estão sofrendo na carne o que Vossa Excelência está defendendo. E queríamos, dentro do pálido pronunciamento que estamos oferecendo a Vossa Excelência, nos parabenizar, porque isto é uma luta de todos os homens que vieram a esta Assembléia com obrigação de defender o povo; os homens, sejam quais forem as siglas partidárias, têm obrigação soberana com a sua consciência, com a posteridade e com os seus filhos, de defender esta aberração que o Sr. Delfim Neto está impondo ao Brasil, onde os suinocultores do Oeste, do Sul, e o Norte e de todo o interior paranaense está sofrendo na carne um fato inédito, sem entrarmos no mérito do desgaste que os homens do Governo estão sofrendo, neste instante, por causa da inoperância, da ignorância de um Ministro da Agricultura e de um Ministro do Planejamento.

Queria apenas, ao fazer este pronunciamento a Vossa Excelência, dar os meus parabéns pela coragem. Porque o homem tem um limite de subserviência. Nós temos um limite e os nossos limites chegaram à raia da aberração. Vossa Excelência está de parabéns porque teremos que ter a coragem de Vossa Excelência, para nos incorporarmos e dizermos um basta a

esses "ministrecos" que estão escandalizando o País; aos homens que não têm a vergonha de dar às multinacionais preços exorbitantes para a ração, preços exorbitantes para os insumos para depois dizer que os criadores de porcos não tenham o seu sindicato.

Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi, marcou mais um ponto no meu conceito, dentro da humildade do homem que representa uma parcela do Norte Pioneiro. Aceite os meus parabéns e conte com a minha modesta cooperação, porque enfrentaremos, se preciso for, polícias militares, para defender os homens das mãos calosas que nos mandaram para cá.

E queria convocar meus companheiros de bancada para fazermos um protesto numa união contra esta aberração, contra o "ministrecos" de Delfim Neto, este homem que não tem mais nada do que números na cabeça. Este homem que está infelicitando a nossa Nação; este homem que não olha nem para a Oposição, nem para a Situação; este homem, este "super-ministro", este semi-deus que tem que cair, Deputado Nilso Sguarezi. É este homem que está infelicitando a nossa Nação.

E eu faço uma conclamação aos meus companheiros do PDS, antes que seja tarde e que vejam a derrota do nosso partido e que o único responsável chama-se Delfim Neto.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e devo dizer a Vossa Excelência que quanto ao desgaste político do Governo Vossa Excelência, pela atual política econômica e pelo favorecimento ao capital estrangeiro, Vossa Excelência pode notar e comprovar apenas em dois nomes: foi em franco desentendimento com o Ministro Delfim Neto que o ex-Ministro Cirne Lima deixou o Ministério da Agricultura e hoje é uma das bandeiras do Partido Popular no Rio Grande do Sul.

Foi em franco desacordo e por não concordar com a política protecionista do capital estrangeiro que o ex-Ministro Severo Gomes abandonou as fileiras do partido de Vossa Excelência e hoje é uma das grandes bandeiras do meu partido, do PMDB, no Estado de São Paulo.

É evidente, Deputado Gabriel Manoel, que o futuro dirá e o futuro é uma grande interrogação. Apenas trouxe o assunto à Casa para que esta se manifestasse, pudesse orientar, pudesse avaliar os nossos técnicos do IPARDES e da Secretaria do Planejamento, para realmente se conduzirem naquilo que se quer saber exatamente sobre estes dois fenômenos econômicos que ocorreram: a sojicultura e a suinocultura.

Peço seja aprovado o requerimento, que é endereçado à Secretaria do Planejamento, para determinar ao IPARDES os devidos estudos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, peço que incorpore ao requerimento toda a dissertação feita durante o meu discurso e os devidos apartes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No horário reservado às lideranças, consulto à do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Havendo declinado, da mesma forma o PTB. — (Declina).

Tendo declinado, dou a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, que usará o horário reservado ao PDS.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O início do funcionamento, em outubro, e a inauguração da Usina Hidrelétrica Foz do Arreia, a ocorrer dentro de alguns dias, assinalam importante conquista do Paraná.

Antes de mais nada, deve-se ressaltar que, mediante lei aprovada por esta Assembléia, a referida central geradora foi denominada Usina Hidrelétrica "Governador Munhoz da Rocha". No governo daquele ilustre paranaense foi criada a COPEL e estabelecidas outras medidas de largo alcance para o

continuado esforço de aproveitamento do potencial hidráulico, com vistas ao desenvolvimento econômico do Paraná e à melhoria da qualidade de vida de sua população.

De um lado, sobressai-se o sucesso de um empreendimento em que foi aplicada a capacidade realizadora do povo paranaense. Construída pelo Paraná, com sacrifícios de todos e muita dedicação das equipes da COPEL e das firmas empreiteiras envolvidas na árdua missão de implantar um moderno e complexo projeto, a Usina de Foz do Areia merece ser citada como exemplo do dinamismo da nossa gente.

Muitas inovações dão a esse empreendimento características de pioneirismo na aplicação da mais moderna tecnologia. Ressalte-se, ainda, que os cronogramas físico e financeiro foram fielmente obedecidos. No prazo previsto, transforma-se em realidade o sonho de construir, nas proximidades da Foz do Rio Areia, a maior usina do Rio Iguaçu, cuja potência final será de 2.511 MW.

Para se ter uma idéia mais precisa da significação da sua potência, basta observar que antes do início da operação da Usina "Governador Munhoz da Rocha" a capacidade de geração de todas as Usinas da COPEL era de 406 MW.

Assim, grande é o júbilo de se ter alcançado, no Paraná, uma situação muito mais promissora do que a anterior no tocante à geração de energia elétrica.

A concessionária paranaense de energia elétrica dá um importante salto no incremento de sua produção de hidreletricidade.

Os benefícios dessa conquista serão imediatamente sentidos, em especial porque a COPEL deixará de depender substancialmente da compra de energia elétrica de outras concessionárias. Invertendo os papéis, a COPEL poderá, além de suprir seu mercado, também contribuir para o atendimento das necessidades de eletricidade das Regiões Sul e Sudeste do País.

Frise-se que a integração elétrica das regiões Sul e Sudeste propiciará o aproveitamento mais racional dos recursos hidráulicos disponíveis. A Usina "Governador Munhoz da Rocha" se insere, pois, no rol das iniciativas capazes de oferecer importante e duradoura contribuição para superar a crise energética brasileira.

Deve-se acrescentar que uma função das mais relevantes está sendo e será desempenhada pelas usinas do Rio Iguaçu, particularmente no que se diz respeito à mencionada integração elétrica. Ressalta, portanto, que a Usina Foz do Areia cabe uma posição destacada no suprimento de energia tanto do Paraná como de outras áreas.

A Usina "Governador Munhoz da Rocha" se integra na política energética estadual, que representa mais uma importante colaboração do Paraná ao País e ao Governo do Presidente João Figueiredo. Mais da metade dos investimentos de Foz do Areia — cerca de 670 milhões de dólares — estão sendo realizados no Governo-Ney Braga.

Congratulamo-nos, pois, com Sua Excelência que, hoje, consegue coroar o pioneirismo e a visão de longo prazo de seu primeiro Governo, quando revitalizou a COPEL e iniciou o efetivo esforço estadual com vistas a eletrificar o Paraná.

Vale aqui lembrar a atuação vigorosa do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, com a qual a COPEL dava grande parte do seu sucesso, hoje, dentro do campo energético paranaense.

Estendemos também nossos parabéns ao Presidente da COPEL, Engenheiro Douglas Souza Luz e à equipe da empresa.

A Usina "Governador Munhoz da Rocha" representa a realização de marcante compromisso histórico dos paranaenses com um destino do Paraná, identificado com o desenvolvimento nacional sem deformações produzidas por desequilíbrios entre regiões e entre Estados.

Assim, mais do que um notável empreendimento do Governo, a nova usina atesta que, no Paraná, tornam-se dia a dia,

concreta realidade, as aspirações de um Brasil mais desenvolvido e mais justo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queríamos também aproveitar esta oportunidade para em nome da liderança do PDS nesta Casa, tecer alguma consideração, a respeito do discurso pronunciado hoje, no Pequeno Expediente, pelo Deputado Tavares.

Queremos dizer a Vossa Excelência, em especial, Deputado Tavares, e ao Paraná de modo geral, que o nosso partido, especialmente através da liderança do Deputado Erondy Silvério, tem se preocupado também há longo tempo, com problema que Vossa Excelência abordou com tantos detalhes hoje da tribuna. E dizer a Vossa Excelência que nós também estamos empreendendo uma longa e árdua luta, no sentido de minorarmos ou melhorarmos as condições hoje existentes dentro da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Evidentemente concordamos em gênero, número e grau, com Vossa Excelência que essa situação não pode continuar. Mas Vossa Excelência também, Deputado Tavares, um homem de grande visão político-administrativa, haverá de concordar que o Governador Ney Braga não teve condições ainda, pois não tendo completado dois anos de seu Governo, de atender a todos os setores dos funcionários públicos, civis e militares. O último Governo parece que não se preocupou muito com o problema funcional do Estado do Paraná. E o Governador Ney Braga procura agora, dar uma nova dimensão, como já deu no passado, com relação aos funcionários públicos do Estado do Paraná. O Paraná todo é testemunha disso: a preocupação do Governador Ney Braga, para com os homens que servem o Estado.

Vossa Excelência é testemunha também que vários setores estão sendo atendidos de alguma forma. Nós temos que considerar sempre o fator determinante e que nós paranaenses não temos controle; e que depende exclusivamente do Governo Federal, que é esse ritmo inflacionário que está ultrapassando todas as expectativas e muito mais, ultrapassando todas as possibilidades de controle daqueles homens encarregados de fazer este controle.

Portanto, Deputado Tavares, nós queremos, em nome do PDS, dizer aos coronéis, aos oficiais, aos sargentos, aos cabos e aos soldados da Polícia Militar do Estado do Paraná, que se Deus quiser, o Governador Ney Braga terá condições de atendê-los já no início do próximo ano.

Nós estamos fazendo um esforço, levaremos junto com a sua palavra, de todos os demais integrantes da Bancada do PDS, esta preocupação, para que não se delongue ainda mais esta solução, que deverá ser dada aos militares do Paraná.

E digo mais a Vossa Excelência, concordo também que a Polícia Militar é um elemento importantíssimo no equilíbrio na paz social de nosso Estado, pois está afeta a ela a tranquilidade de centenas e centenas de municípios paranaenses.

E um soldado militar, ou um oficial policial militar, não terá evidentemente, condições de desenvolver a contento sua missão se não tiver uma remuneração digna, justa, para que possa prover, com certa dignidade, com certa tranquilidade, as necessidades mínimas e básicas de sua sobrevivência e da sobrevivência de sua família.

Portanto, Deputado, eram essas as considerações que queria fazer e concedo, com muita satisfação, aparte a Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares — Obrigado, nobre Deputado Gabriel Sampaio.

Folgo em ouvir de Vossa Excelência, por deliberação de sua Liderança, as afirmações de que o Governo do Estado está realmente preocupado e empenhado em minimizar esta crise que, para muitos não existe, mas, na realidade existe, da Polícia Militar do Paraná.

No entanto, a grande preocupação reinante hoje, no seio da oficialidade da Polícia Militar do Paraná, é saber se o Chefe

do Poder Executivo atenderá, ou não, a reivindicação que eles fazem da urgência, do encaminhamento do Código de Vantagens e Vencimentos, incluindo a Tabela Salarial, antes do recesso parlamentar.

E digo isso porque me parece que é quase impossível pelo que pude compreender das afirmações de Vossa Excelência, porque a Constituição é clara: ela estabelece que, para que haja a convocação de um período extraordinário, é necessário que o Governador envie matérias específicas que deverão ser discutidas nesse período.

E pelo que sei — não oficialmente — Sua Excelência estaria prestes a remeter a esta Casa u'a mensagem contendo os projetos, as medidas que gostaria de submeter à apreciação desta Casa, no período extraordinário.

Parece-me que essa matéria não estaria incluída.

Isso ocorrendo — e a grande preocupação da Polícia Militar — ocorreria o seguinte: com o aumento que vigorará a partir de janeiro de 1981, o Código vindo posterior ao aumento, pouca vantagem pecuniária adviria à classe toda da Polícia Militar do Estado.

E se esse código viesse agora e fosse aprovado, com o aumento, eles estariam atingindo o básico essencial, que é aquilo que eles reivindicam.

Portanto, já que Vossa Excelência falando em nome da Liderança do Governo nesta Casa demonstrou grande preocupação, gostaria de apelar a Vossa Excelência e ao Líder, Erondy Silvério, para que se empenhassem junto ao Sr. Governador do Estado, ele que sei, é um homem sensível às reivindicações, principalmente da Polícia, visando com isso, atender essas reivindicações.

Já que a outra, que é a substituição do Comando Geral, parece que a bancada de Vossa Excelência fechou questão defendendo e esposando a manutenção de oficial de Exército à frente do comando.

Obrigado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gabriel Sampaio, quero me parabenizar com Vossa Excelência, que, de uma forma serena, equilibrada e claríssima, dá a posição de nossa bancada, mas também do Governo do Estado, nesta questão que é, realmente, séria e preocupante; e que envolve a Polícia Militar do Estado.

Entretanto, apenas quero discordar em parte, do que afirma o Deputado José Tavares, porque esta mensagem que a Casa apreciou, votou e já está sancionada, concedendo um aumento médio de 72 por cento ao funcionalismo do Estado, é corretiva, é apenas uma tentativa do Governo do Estado de minimizar os efeitos inflacionários.

Com relação ao Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, que será remetido a esta Casa, e que evidentemente não será neste período extraordinário, porque se encontra em fase de estudos, inclusive através de uma comissão de oficiais da Polícia Militar do Estado que tem acompanhado atentamente "pari passu" todo o trabalho do Governo na elaboração desse código, ele trará outras vantagens que, conjugadas com esse aumento, vão efetivamente proporcionar à Polícia Militar do Estado, vencimentos condizentes, pelo menos condizentes não só com a necessidade de cada um, talvez aí esteja um pouco aquém, mas condizentes com a capacidade de despesas do Estado do Paraná, porque sabemos que a receita do Estado é finita e que suas despesas também têm que ser finitas. Não podem, absolutamente, ultrapassar a previsão orçamentária.

Por isso me parabenizo com Vossa Excelência, e acho que a Polícia Militar do Estado merece realmente os desvelos, as atenções do Poder Legislativo, porque Vossa Excelência bem o disse: ele é fator de equilíbrio social no Estado. Sabemos o

quão é importante uma Polícia Militar aparelhada, com vencimentos que realmente proporcionem aos seus servidores, um padrão de vida pelo menos normal.

O Governo do Estado, a Assembléia Legislativa — aí já não é mais a bancada do PDS mas o Poder Legislativo — tenho absoluta certeza que irão juntos, dar à Polícia Militar do Estado, as atenções que ela bem merece.

O Sr. João Elísio — Vossa Excelência permite-me um aparte? O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) A Mesa informa que o Deputado está com o horário esgotado, e que lhe restam alguns segundos para concluir sua oração.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Lamento, Deputado, mas a Presidência me impede de conceder o aparte a Vossa Excelência.

Apenas terminaria dizendo ao Deputado Tavares, e à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que, em nome do meu Partido, o PDS, eu falo que o Governador Ney Braga terá toda a preocupação em atender, satisfazendo as preocupações que hoje assolam toda a família policial militar do Paraná. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 313/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que institui normas na elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, disciplina o montante de verbas destinadas aos Gabinetes de Representação e estabelece obrigatoriedade de depósito das verbas deste Poder junto ao Banco do Estado do Paraná S/A. Parecer Favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral e Emenda de Plenário. Em regime de urgência. — Em votação a Emenda de 3ª discussão. — Aprovada.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que visa regulamentar o Serviço de Segurança da Assembléia Legislativa. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.S.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 34/80, de autoria do Sr. Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UBIRATÁ, com sede e foro na cidade de Ubatã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 44/80), que altera a legislação e autoriza o pagamento de pensão à viúva e filhos de servidores civis e militares. Parecer Favorável da C.C.J., com emenda. Em regime de urgência. — Em discussão o projeto e emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a votação do projeto, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) A Mesa defere.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Responderam à chamada 38 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão e consequente deliberação.

Em discussão o Projeto de Lei nº 95/80.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Chefe do Poder Executivo encaminhou, no dia 31 de julho do corrente ano, uma Mensagem sob o número 44/80, visando ou objetivando alterar a legislação que autoriza o pagamento de pensão a viúva e filhos dos servidores civis e militares do Estado do Paraná.

Posteriormente, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, encaminhou outra Mensagem, datada do dia 05 de novembro do corrente ano, substituindo aquela mensagem anterior.

Na primeira Mensagem, o Governo do Estado, dentre outras coisas, dizia o seguinte: Atualmente, as pensões concedidas, via de regra, aquelas oriundas do IPE, calculadas na razão de 50 por cento do vencimento que dá base ao respectivo desconto, esses valores nem sempre correspondem à proporção da inteira remuneração do servidor, já que os descontos atingem apenas uma parcela dessa remuneração, ensejando com isso sensível diminuição do benefício.

A pensão concedida aos familiares dos servidores que falecerem por acidente, em serviço, terá também o valor mais expressivo, eis que passará a ser calculada sobre a remuneração total, e não apenas sobre os vencimentos básicos percebidos.

Vale lembrar, continua o Sr. Governador em sua primeira mensagem, que a pensão concedida à família de servidores falecidos em inatividade, é atualmente calculada na base de 50 por cento dos proventos globais, o que significa dizer, que pelo falecimento de inativos, o benefício vem sendo mais expressivo que nos casos de servidores de igual categoria funcional falecidos em atividade.

No artigo primeiro da mensagem primeira, do Poder Executivo, consta o seguinte: "Art. 260, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, que é o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 260 — Fica assegurado à viúva e filhos do servidor estadual, sem prejuízo da pensão devida normalmente pelo órgão previdenciário, o direito de perceberem mensalmente uma pensão especial.

1). Correspondente à diferença entre a pensão concedida pelo IPE e 50 por cento da remuneração do mês anterior ao falecimento, quando este ocorrer com o funcionário em atividade. Ou, segundo — correspondente a 50 por cento da remuneração do mês anterior ao do falecimento do funcionário, quando este ocorrer em consequência de acidente de serviço."

Desde o início do nosso mandato nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que temos propugnado, temos formulado apelos, conversado com Deputados do partido do Governo, tentando sensibilizá-los, visando, única e exclusivamente, corrigirmos uma das maiores injustiças que se cometem no Estado do Paraná contra uma classe de servidores públicos.

Os nobres Deputados devem saber que, sempre que morre um funcionário público, a sua viúva e seus dependentes passam a perceber uma pensão em razão deste falecimento.

Acontece que, nos termos da legislação vigente, esta pensão nada mais é do que o correspondente a 50 por cento do salário básico do servidor. E nós sabemos muito bem que, mesmo incluídas as vantagens, tais como gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, serviço extraordinário, adicionais por

tempo de serviço, somados ao vencimento básico, o servidor público ganha muito pouco.

Imaginem Vossas Excelências, quando este cidadão falece, além de sua família perdê-lo, perdem também 2/3 do seu salário. Talvez em razão desta nossa grande insistência, é que o Chefe do Poder Executivo, talvez também sensibilizado com a realidade existente no Estado do Paraná, resolveu encaminhar esta Mensagem a esta Casa, visando corrigir esta grande injustiça que o Estado do Paraná vem cometendo contra esta classe de servidores públicos.

Devemos, entretanto, reconhecer que a Mensagem não vem atender globalmente às necessidades desta categoria funcional.

Entretanto, nesta segunda mensagem, o Sr. Governador do Estado, ao substituir a primeira, altera os valores percentuais de fixação da pensão, de 50 para 60 por cento.

É claro que compreendemos e conhecemos as dificuldades financeiras que o Estado está atravessando, entretanto, o servidor público que no início deste ano percebia o mesmo salário que percebe agora, não tem nada que ver com os problemas econômicos, financeiros, com a inflação que este País está atravessando.

Este é problema de quem está nos governando e de uma forma incompetente, de uma forma injusta e atendendo meramente a outros interesses, que não os dos brasileiros.

Mas, creio eu, que o Governo, ao encaminhar esta segunda mensagem, elevando em 10 por cento a percentagem de fixação da pensão, com base no salário básico, ele já corrigiu um pouco mais desta grande injustiça.

Infelizmente, depois de 64, quando se implantou neste País a famosa, redentora e revolucionária "Revolução de Março", muitas coisas aconteceram e continuam a acontecer neste País, sem que nós, representantes do povo, nós que fomos eleitos pelo voto livre, secreto e universal, possamos ter o direito de analisar e decidir o que é bom e o que não é bom para o povo.

Infelizmente, quem tem tido o direito de decidir neste País o que convém e o que interessa não para o povo mas para o Governo, são os hoje governadores biônicos e também o Chefe do Poder Executivo no plano federal.

A Constituição vigente — se é que podemos chamar de Constituição, como tem afirmado o nobre Deputado Fidelcino Tolentino —, proíbe que nós, Deputados, tenhamos a iniciativa de propor projetos de lei que versem sobre aumento ou diminuição de despesas.

Por conseguinte, o que é que resta para o Deputado, para o representante legítimo do povo? O que nos resta é o direito de dizer, de falar, de conscientizar a massa, de abrir os olhos do povo que continua ainda muitas vezes dormindo.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o que nos resta.

É com base nisto que aqui venho hoje, nesta tarde, para tentar convencer os Deputados com assento nesta Assembléia, apesar de estar notando que muitos deles, nem atenção estão prestando para uma emenda aditiva que apresentamos na Comissão de Justiça, a esta mensagem governamental.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado, a alegação do Governo, normalmente se prende ao problema de Caixa.

Tanto o Governo Federal como o Governo Estadual e esses governos aí, que só pensam em dinheiro.

O fato é o seguinte: a imprensa nacional publicou, recentemente, que o Estado do Paraná é o segundo maior arrecadador em elevação real de ICM. Aumentou 156,2 por cento, enquanto a inflação oficial chegou a 101,5 por cento.

Então, há um crescimento real das finanças do Estado do

Paraná. Não vejo porque não se falar do superavit orçamentário, nem porque o servidor não se beneficia com a parcela que lhe é justa e que lhe cabe, de direito.

Agora, o Governo acena primeiro com esta irrisória e vergonhosa quantia de 30 por cento sobre os vencimentos, sobre a qual falamos exaustivamente desta tribuna.

E este problema, Sr. Deputado, que Vossa Excelência levanta com a maior oportunidade, dos inativos. Isto é apenas as migalhas que caem da mesa do Poder que manipula com verbas públicas e fazem as obras faraônicas e os projetos que nada têm de interesse e nem de prioridade para a população.

Quero parabenizar-me com Vossa Excelência, pela emenda que oferece, da qual também fui apoiador, subscritor, porque acho ela não só legítima, como justa. Indiscutivelmente justa. E parece-me até que é hora de o Parlamento tomar um pouco para si a vocação libertária de instituir leis que sejam benéficas para a população. Sobretudo a população laboriosa do Estado do Paraná, que é o servidor público do Paraná.

Agora, não se pode compreender, Sr. Deputado, que o servidor público, que vai para a aposentadoria depois de já ter emprestado toda a sua juventude de trabalho para o Estado, agregando ao Estado uma potencialidade econômica, cultural, social, política, e por que não dizer, econômica?

E quando chega nos anos que precisava de melhores recursos, para ter uma vida condigna, gozar o resto dos seus poucos anos de vida, porque sabemos que a maior parte do funcionalismo público, depois que vai para a aposentadoria, não demora muito tempo para deixar a vida; morre, quem sabe até de tédio, por não ganhar suficientemente ao menos para plantar uma horta no fundo do seu quintal, porque nem isso já tem direito.

Compra uma casa popular e nem quintal existe mais.

Então, quero por isso, parabenizar-me com Vossa Excelência, e conclamo, faço até um apelo veemente, quem sabe até seria o tempo, patético para a bancada situacionista a votar nesta emenda?

E se o Governo vetar a emenda, poderemos fazer uma avaliação correta dos objetivos que seu plano de governo tem, objetivando a promoção do homem.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência, Deputado, com a experiência que tem, em incansavelmente defender, esposar a angústia e o desespero da classe do servidor público nesta Casa, disse muito bem.

Neste País hoje — aliás, isso acho que é só no Brasil e nestes outros países sub-desenvolvidos do Cone Sul é que acontece o seguinte fato: — a aposentadoria é sinônimo de desemprego.

A aposentadoria, que deveria ser o prêmio, que deveria ser o reconhecimento àquele que, depois de longos anos de dedicação do melhor de sua vida ao trabalho, à sua entidade, aqui no Brasil, a aposentadoria é exatamente o contrário.

A grande preocupação de todos quantos estão em condições de se aposentarem, é de se saber se depois da aposentadoria vai conseguir arrumar um outro emprego para poder compensar a defasagem salarial.

Isto é profundamente estarrecedor, mas é a pura, dura e triste realidade que acontece no País. É o inativo de um lado, o aposentado; e são as viúvas dos servidores que morrem ainda em atividade, e recebem o que? 50 por cento do salário básico.

Agora, o Governo acenou com 60 por cento. Perfeito. Já disse e repito, diria até que o Governo, ao mandar uma nova mensagem alterando essa percentagem de 50 para 60 por cento, ele o fez porque sentiu realmente quanta injustiça se tem cometido contra essa classe de servidores que tem sido marginalizada pela administração pública, não só deste Governo, como a do passado e de todos os Governos que já passaram por aqui.

Digo isto porque fui funcionário público. Não sou filho de rico; não nasci em berço de ouro; não casei com mulher rica. Sei das dificuldades por que passa o servidor público do Paraná. Sei que Vossas Excelências também o sabem. Agora, o que não podemos admitir é com que frieza Vossas Excelências tratam de um assunto de mais alta seriedade, do mais alto alcance social e humano.

O Sr. Governador do Estado colocou em placas, esparrramadas por aí, que a meta primordial do Estado é o hoje. Mas, se esquece que para poder fazer tal afirmação ele deveria, em primeiro lugar, olhar para os lados e ver que, em seu gabinete, deve ter viúvas ganhando um miserável salário, depois de longos anos de serviços prestados por seus maridos.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, parabéns por abordar um assunto tão importante.

Agora, é aquele velho problema; não há verba em caixa nem dinheiro em disponibilidade. Dizem que o Estado está numa fase pré-falimentar; que o Estado do Paraná não tem dinheiro.

Agora, se fossem menores as grandes mordomias do Tribunal de Contas, por exemplo, com centenas e centenas de funcionários-fantasma, alguns inclusive ganham quarenta, cinquenta mil cruzeiros, e que nem moram aqui no Estado, não fossem os cabides de emprego do Tribunal de Justiça e das Secretarias de Estado, as obras faraônicas — e a própria construção do Anexo da Assembléia Legislativa — talvez ainda tivéssemos uma pequena sobra para dar uma pensão condigna àqueles que necessitarem.

Mas, as mordomias e as obras faraônicas são tantas que para esses pobres coitados, só resta o que disse o Deputado Fidelcino Tolentino: "as migalhas".

Não houvessem tantas mordomias, talvez sobrasse um pouquinho mais de dinheiro para essa pensão.

Parabéns, nobre Deputado José Tavares, pelo assunto tão sério que Vossa Excelência traz a debate.

O SR. JOSÉ TAVARES — É isso, nobre Deputado Fiori Luiz.

Vossa Excelência mostra muito bem o contraste, a desigualdade, o tratamento diverso existente, hoje, dentro da administração pública.

Isso diria que não é um privilégio do Paraná.

Não conheço outras administrações estaduais, mas tenho para mim que neles também as coisas devam funcionar dessa maneira. Realmente, é flagrante as distorções sociais dentro das administrações públicas. Chegam inclusive a ser chocantes.

Sei que este é assunto árido, um assunto que talvez não renda votos, mas é um assunto de mais alta dignificação, porque o número de viúvas que vivem hoje desta vergonha de salário que o Governo lhes paga, talvez não chegue a ser tão alarmante.

Mas a grande verdade é que todos aqui, ou a grande maioria, somos casados, temos filhos, amigos, conhecemos inúmeros casos destes que este projeto deveria ser tratado com mais profundidade e com um senso maior de justiça.

Mas, a grande verdade, é que estas distorções que Vossa Excelência colocou, realmente é que ferem, é que machucam, é que muitas vezes decepçiona a gente, como ser humano.

Tem o aparte o Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Tavares, ao Vossa Excelência abordar o problema do aposentado do Estado do Paraná, eu gostaria de dizer que, neste País, generalizou-se uma situação que, comparando o quadro brasileiro com os avanços das ciências sociais, das ciências ambientais, vamos observar que estamos ainda numa posição de total descaso com três setores que me parecem fundamentais, em termos de encargo

da sociedade.

Veja Vossa Excelência que fala-se demais no menor abandonado, talvez esteja alguma coisa aqui.

Fala-se demais no menor abandonado; faz-se muito pouco por ele.

Mas, existem outras duas cargas e outros dois encargos para os quais o Poder Público não tem prestado qualquer tipo de atenção, a não ser em termos de migalhas. Eu diria, então, o problema do menor abandonado, do menor carente, carente sob todos os aspectos e sob variadas figuras, o problema do deficiente físico e do deficiente mental que no Brasil atinge as cifras que, conforme as regiões, variam de 9 a 11 por cento, dando então para esse País de 118 milhões de habitantes, cerca de 11 a 12 milhões de criaturas humanas que estão neste estado também de abandono.

E a prova disto é só uma Comissão da Assembléia, a própria Comissão de Saúde Pública, dar uma chegada no Adauto Botelho e verificar lá como em tantos outros lugares, nas ruas, nas sargetas, nas calçadas e nos fundos de quintais, o abandono a que está marginalizado o nosso irmão portador de uma deficiência física ou de uma deficiência mental.

Em terceiro lugar, não existe no País uma política de amparo ao idoso. A aposentadoria, cujo conceito deveria ser de premiação, de instrumento para que o idoso contemplasse do alto da sua idade o trabalho realizado na construção do corpo social e pudesse, com sua experiência, com sua tranqüilidade, dar um testemunho vivo deste mesmo trabalho à geração atual e à vindoura.

Entretanto, o idoso, hoje, é relegado a um plano secundário; a um plano de humilhação e opressão, e sabe Deus, quantas vidas cessam mais cedo, apenas porque a sociedade não dá ao idoso no País a devida ocupação.

Veja Vossa Excelência, que não há qualquer preocupação em termos de lazer, em termos de terapia ocupacional, em termos de tratamento social à pessoa idosa. De forma que ela, passado um determinado tempo, tenha mesmo vontade de deixar a vida, porque esta vida não lhe oferece maiores atrativos.

Em contrapartida, se pudéssemos observar e pudéssemos constatar mais diretamente quão grande é o acervo de contribuição, de experiência e, acima de tudo, de tranqüilidade de encarar a vida que tem uma pessoa idosa, mas com esse tipo de tratamento, definitivamente o Estado está frustrando-se e frustrando os anseios nacionais, no tratamento ao menor carente, no tratamento ao deficiente físico e ao deficiente mental, e falhando, em termos absolutos, em relação à pessoa idosa.

O SR. JOSÉ TAVARES — Nobre Líder do meu Partido, Vossa Excelência faz uma análise realística da situação principalmente do aposentado deste País.

É realmente entristecedora a situação. Eu, analisando esse projeto dentro de vários exemplos de filhos de servidores que morreram depois de muitos anos de serviços prestados à causa pública, eu que conheço muito pouco o Governador Ney Braga, ousaria dizer o seguinte: não é possível que o Governador Ney Braga tenha conhecimento do pouco que representa esta mensagem aos inativos e às viúvas e seus dependentes.

E digo isto porque, se com base nas disposições vigentes, um servidor que ganha Cr\$ 18.000,00 de salários básicos e ele tenha sobre estes dezoito mil, uma gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva de mais 100 por cento, ele receba em torno de Cr\$ 38.000 ou Cr\$ 36.000,00, mesmo que ele tenha trinta e quatro anos de serviço e vier a falecer, sua esposa e seus dependentes passarão a perceber tão somente 50 por cento dos Cr\$ 18.000,00, ou seja, Cr\$ 9.000,00.

Isto para o servidor que eu diria que poderia estar entre os níveis 26 e 27, da escala do serviço público estadual.

Agora, imaginemos um servidor de nível inferior, imagi-

nemos uma professora primária que ganha hoje não mais que Cr\$ 6.000,00 ou Cr\$ 7.000,00. Os seus dependentes passarão ou melhor, passariam a receber metade deste salário.

Então, não é possível que o Governo do Estado, sabendo destas injustiças que se cometem contra o servidor público do Estado do Paraná, possa aceitar passivamente que esse estado de coisas continue, ou melhor, que altere pelo menos em 10 por cento.

Tem o aparte o nobre Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Tenho uma contribuição a fazer ao seu pronunciamento.

Nó tempo em que estive no Tribunal de Contas, como Procurador, passaram por minhas mãos quase uma centena de processos do Estado do Paraná e que, realmente, ao verificar que um servidor, após trinta ou trinta e cinco anos de serviço, se aposentasse com aquela importância.

A minha inexperiência foi tão grande, que quando vi o primeiro que como os cálculos, lá se fazem anualmente, eu pensei que a importância fosse mensal, mas era anual, o que dava na sua esmagadora maioria, cerca de seis, sete, oito, nove mil cruzeiros por mês, funcionários civis e militares.

Agora, Deputado Tavares, a bem da verdade e não em defesa do Governador Ney Braga, digo a Vossa Excelência o seguinte: que esses erros, aqueles também apontados pelo Deputado Renato Bernardi, meu particular amigo Renato Bernardi, que abordou no seu aparte uma série de enfoques dos problemas sociais brasileiros, quero dizer que são erros que vêm de mais de cem anos, que não haverá nenhum Messias que desça neste País, apesar de termos orgulho de dizer que Deus é brasileiro, que venha resolver todos esses problemas.

Poderíamos talvez, por hipótese, Deputado Tavares, eu que defendo e defenderei sempre a alternância no Poder, que gostaria de ver Vossa Excelência com seus companheiros, e verei, sem dúvida alguma, na História do Paraná, para ver as dificuldades enfrentadas para se fazer as coisas. Porque, Deputado, compreendo, concordo e apoio a sua posição de homem de Oposição. É fácil abordarmos cinco, dez, quinze, vinte temas, todos gravíssimos, e todos aparentemente insolúveis.

Mas, não haverá nenhum homem ou super-homem neste País, no caso em nosso Estado, que tenha condições de resolver a todos. E concordo com a situação difícil, e peço a Vossa Excelência, Deputado Tavares, permissão para responder em dois segundos, uma indagação feita pelo nobre Deputado Fiori Luiz, quando falava em mordomias.

Ele, não sei se quis ou não se referir à minha pessoa, que vim do Tribunal de Contas para esta Casa, mas vim e digo ao Deputado Fiori Luiz que vim receber três vezes mais do que ganhava lá. E se ele acha que existem mordomias no Tribunal de Contas, que é onde conheço, nos demais órgãos não conheço, lá, sim, desafio o Deputado Fiori Luiz que, se quiser, numa outra oportunidade, invocar isto como exemplo de mordomia, desafio a mostrar os seus vencimentos como Deputado Estadual, com o que ganha mais lá, no Tribunal de Contas.

Só isso. Obrigado, e desculpe usar o seu discurso para responder ao meu querido amigo, Deputado Fiori Luiz.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço a intervenção de Vossa Excelência, e me permito a pedir-lhe, já que realmente Vossa Excelência, concordo, entende que dificilmente um Messias virá nos salvar de tantos problemas e injustiças e erros existentes, que realmente não digo que são todos deste Governo, desde o primeiro Governo do atual Governador já havia erros, mas gostaria também de conclamar Vossa Excelência, para, juntamente com este Deputado e os Deputados do meu Partido, cerrarmos fileiras para tentarmos começar resolver determinadas injustiças como esta que aqui está.

O que eu digo, eu sei, é que querer dobrar a pensão, é praticamente impossível porque o Estado não teria poder financeiro, lastro econômico para tal.

Mas Vossa Excelência haverá também e os nobres Deputados, principalmente do partido do Governo nesta Casa, idem, de concordar comigo, que 10% de aumento apenas para um tipo de servidor como o inativo e as viúvas, não representa nada.

Por conseguinte, eu gostaria de proceder a leitura da emenda que apresentei na última reunião na Comissão de Justiça.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Em seguida, Sr. Deputado.

O Sr. Darcy Deitos — Antes que Vossa Excelência faça a leitura da sua emenda, eu só gostaria de dar o seguinte aparte a Vossa Excelência, dizendo de que nesse Estado sempre quando se reivindica alguma melhora para o funcionalismo, a primeira desculpa do Governo ou de os seus representantes, é dizer que não existe verba. É dizer de que o Orçamento do Estado sempre está comprometido.

Isto não é verdade porque muitas obras neste Estado foram paralisadas, para que as verbas ficassem estocadas e ficassem fazendo saldos médios nos bancos deste Estado.

Porque temos informação segura de que o Governo do Estado do Paraná está fazendo uma consulta junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vendo a possibilidade dele fazer aplicação em "open marketing", operações no mercado aberto, dado à disponibilidade de caixa.

Na consulta que está sendo formalizada, diz que se o Governo tivesse aplicado as suas reservas de caixa nos primeiros nove meses deste ano, teria o Estado auferido uma renda de juros de quase 250 milhões de cruzeiros, o que dava uma renda por mês de quase 30 milhões de cruzeiros. Por conseguinte, há de se concluir de que o Estado nada em dinheiro, porque para dar um juro de quase 30 milhões por mês, há que se ter um lastro em caixa de perto de um bilhão e meio.

Os dados estão aí com o ICM batendo o recorde de arrecadação neste Estado, havendo um excesso de arrecadação, nos primeiros dez meses, de quase seis bilhões de cruzeiros.

As justificativas por paralisação de obras de que não existem verbas, é balela.

Segundo, de que reajustes maiores não podem ser dados ao funcionalismo e que reajuste específico a esta pensão dos inativos, também é conversa fiada, é de quem tem o poder na mão e não quer atender quem realmente precisa.

O SR. JOSÉ TAVARES — Nobre Deputado Darcy Deitos, Vossa Excelência com a formação de economista que tem, de profundo conhecedor de problemas financeiros, da área econômico-financeira, traz à Casa uma informação realmente muito séria.

Confesso que desconhecia esta realidade e acredito nas afirmações de Vossa Excelência porque o conheço e diria mais, que se a coisa está e caminha do jeito que está e caminha como Vossa Excelência acaba de afirmar, realmente não dá para entender mais nada.

Não é possível que um Estado que diz publicamente — e esta afirmação foi feita nesta Casa pelo Secretário das Finanças do Estado do Paraná, de que as coisas não andam muito bem em termos financeiros em nosso Estado, esta sua afirmação acho que todos os nobres Deputados que aqui estão devem analisá-la e meditar com profundidade.

O que propugnamos com esta nossa pequena emenda aditiva a este projeto é simplesmente estender o valor das

pensões àqueles servidores que estejam enquadrados em determinadas leis aprovadas pelo Estado do Paraná.

E se o dinheiro realmente está sendo manipulado em "open marketing", com um juro mensal que atinge as cifras que Vossa Excelência acaba de aqui dizer, eu diria até que com menos da metade talvez dos juros que o Estado está recebendo desta aplicação, daria para fazer face à esta despesa que propugnamos dentro desta emenda.

Por conseguinte, gostaria de ler esta emenda e pediria a atenção dos nobres Deputados, principalmente do Partido do Governo, para que procurassem analisá-la e procurassem meditar o objetivo que propugnamos com esta nossa iniciativa.

A emenda diz o seguinte: "Para efeito de cálculo da pensão de que trata esta lei, será sempre englobado no valor da remuneração do mês anterior ao falecimento.

Desde que o servidor tenha cumprido o interstício previsto na Lei n.º 6.749, de 8 de junho de 76, ou Lei Complementar n.º 6, de 24 de junho de 76, a gratificação por serviço extraordinário, ou tempo integral, no mesmo percentual que lhe seria assegurado na aposentadoria."

Trocado em miudos, isto representa o seguinte: que todo servidor, ou dependente de servidor, que viesse a pleitear os direitos de uma pensão, nos moldes desta segunda mensagem do Governo, que é fixada em 60% do salário básico, que não é das mais justas, porque 10% de aumento é muito pouco, mas que fosse também incorporado a este aumento, à esta pensão, a gratificação por serviços extraordinários, ou tempo integral, no mesmo percentual, que lhe seria assegurado, em caso de aposentadoria.

E não são muitos os servidores que se beneficiariam deste dispositivo. Simplesmente o que queremos é melhorar um pouquinho mais, dentro das nossas limitadíssimas atribuições, o valor da pensão que terá que ser pago às viúvas e dependentes de servidores do Estado do Paraná.

O objetivo deste plano de lei, segundo consta da Mensagem n.º 44 e da Mensagem aditiva 74/80, é conceder melhor amparo aos dependentes dos servidores públicos que falecerem ainda em atividade ou em acidente de serviço.

Acontece que mandando proceder o cálculo da pensão, sobre a remuneração do mês anterior ao do falecimento, poderá ocorrer que o funcionário, com o interstício já cumprido de três anos seguidos ou cinco anos alternados, de serviços extraordinários, ou de tempo integral, até mesmo por motivo de doença deixe de perceber esta gratificação, justamente no mês anterior ao do falecimento.

Assim, embora tenha assegurado o direito a uma dessas gratificações na aposentadoria — tão somente, na forma da Lei 6.794, de 8 de junho de 76, a pensão devida a seus dependentes, não as teria englobado em seu cálculo.

Como este projeto visa igualar os benefícios devidos à família de servidores falecidos em atividade, com aqueles falecidos em inatividade, quando a pensão concedida é calculada sobre os proventos globais, cremos que esta emenda é justa e que esta Casa não poderá de forma alguma, furtar ao ser dever de se fazer justiça com esta categoria funcional.

Por outro lado, e para concluir, eu gostaria de dizer aos nobres Deputados, mais em especial aos Deputados do Partido do Governo, que em se tratando de emenda aditiva, poderá ser examinada com cuidado pelo Chefe do Poder Executivo, o qual poderá sancionar o projeto ou vetá-lo, usando de suas atribuições constitucionais.

Para finalizar, eu gostaria de enfatizar o meu apelo, no sentido de que esta Casa nesta tarde, faça justiça com uma classe de servidores que — repito — vem sendo injustiçada ao longo dos anos, que são as viúvas dependentes de servidores públicos, aprovando esta nossa Emenda Aditiva.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o mínimo que

nós, Deputados, poderemos tributar a irmãos nossos, a amigos nossos, a conhecidos nossos, a paranaenses, a brasileiros aqui residentes.

Isto será o pouco do muito que o Estado deve a essa categoria funcional.

Apelo à nobre bancada do Governo, mais uma vez, para que reflita, medite, e juntamente com os Deputados da Oposição, somem a nós e façamos justiça a quem tem sido injustificado ao longo desses anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda, subscrita pelo Sr. Deputado José Tavares e demais Srs. Deputados. Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferred.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

16 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitada a Emenda.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 130/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DARDOS, que dá nova redação ao art. 33 da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73. (Lei Orgânica dos Municípios). Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao jornal "Diário Popular" pela premiação dos melhores do futebol paranaense em 1.980. Aprovado.

A Mesa leva ao conhecimento dos Srs. Deputados que acaba de dar entrada neste Poder, a Mensagem Governamental n.º 82/80, no seguinte teor:

(Lê a Mensagem)

MENSAGEM N.º 82/80 Curitiba, 2 de dezembro de 1.980. Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1.º, alínea b, do art. 15, da Constituição Estadual, convocar essa Augusta Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, de 8 a 30 do corrente mês, para o fim especial de apreciar as seguintes matérias de relevante interesse público:

I — Plano de Classificação de Cargos dos Quadros do Pessoal Civil do Poder Executivo, inclusive das Autarquias, encaminhado a essa Augusta Casa de Leis através da Mensagem n.º 45/80, de 24.7.80, com aditamento proposto pela Mensagem n.º 80/80, de 20.11.80;

II — Alteração da legislação pertinente ao pagamento de pensão à viúva e filhos dos Servidores Cíveis e Militares do Estado, proposta através da Mensagem n.º 44/80, de 24.7.80, aditada pela de n.º 74/80, de 5.11.80;

III — Alteração de dispositivos da Lei n.º 5.515, de 15.2.67, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP, conforme anteprojeto encaminhado com a Mensagem n.º 69/80, de 24.10.80;

IV — Doação de imóvel de propriedade do Es-

tado à Filarmônica Antoninense, cujo plano de lei foi encaminhado através da Mensagem n.º 70/80, de 24.10.80;

V — Permuta de áreas em Andirá entre o Estado e a Rede Ferroviária Federal S.A., a fim de regularizar a situação decorrente da implantação de novo leito rodoviário e da construção do viaduto Andirá, conforme anteprojeto de lei encaminhado através da Mensagem n.º 72/80, de 24.10.80;

VI — Doação de imóvel ao Município de Paranaíba, conforme proposta encaminhada através da Mensagem n.º 75/80, de 11.11.80; e

VII — Referendo a convênios celebrados pelo Estado, cujas Mensagens encontram-se em andamento nessa Augusta Casa de Leis.

VIII — Outras matérias a serem oportunamente remetidas pelo Poder Executivo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo :

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 96/80 e 69/80. Aprovado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo no sentido de ser concedida uma pensão mensal à Senhora Elza Almeida de Carvalho, viúva do ex-Servidor Público Jovino Pereira de Carvalho, nos termos e justificativas apresentados no Projeto de Lei n.º 144/80 de autoria do ex-Deputado David Federmann, solicitando ainda o arquivamento do referido projeto. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a designação de um Oficial de Polícia Militar do Estado, para exercer o Comando Geral da referida Corporação. Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferred e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

13 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo" no qual analisa a situação do Porto de Paranaguá, enfatizando que "É o único Porto que não preocupa o Governo Federal, no setor de Exportação". Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

(O Artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 64/80. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, retiro o requerimento, porquanto mesmo que seja aprovado não há condições de ser incluído no presente período legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e retira o requerimento atendendo solicitação do autor do mesmo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Saúde, no sentido de se reimplantar o adicional de auxílio risco de vida, na base de 1/3 sobre o salário-base. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo e aplauso à Rede Ferroviária Federal S.A., que atendendo apelo do Governo do Estado, através da PARANATUR, está fazendo trafegar uma litorina entre Curitiba e Antonina, aos domingos, para transporte de turistas, a exemplo da já existente para Paranaguá. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, Finanças e Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a revisão da não concessão de um empréstimo à COCAMAR, para a construção de sua indústria têxtil. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do INCRA, encarecendo a diminuição do percentual de elevação do Imposto Territorial Rural. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, reivindicando detalhes a respeito da iniciativa do órgão visando continuar fornecendo "fuel-oil" às cooperativas que não conseguem cumprir o de substituição de seus secadores. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Associação Dante Alighieri, Anita Garibaldi e a toda Colônia Italiana, radicada em Curitiba e no Estado do Paraná, face a catástrofe que abalou a Itália. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela vitória alcançada por Campo Mourão, na disputa Cidade x Cidade, sobre Santos (SP), no Programa Silvio Santos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Lusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sejam efetuados estudos com vistas a possibilitar aos médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos a opção pela jornada de trabalho de 40 horas semanais. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chelegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Associação Comercial e Industrial de Cascavel e a Associação dos Engenheiros Agrônomos, Núcleo de Cascavel, pela realização da reunião e debates sobre o "Futuro do Trigo no Brasil." — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Governo do Estado, encarecendo pesquisa e estudos sobre a correlação entre a expansão da soja cultura e do declínio da suinocultura, no território paranaense. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil e Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, para que determinem a investigação dos fatos que estão ocorrendo na Gleba Rio Sagrado de Cima. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública, Diretor da Polícia Civil e ao Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, para que determinem a investigação dos fatos que estão ocorrendo na localidade de Três Barras ou Pedreita, Município de Guaratuba. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (PAUSA).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

30 Srs. Deputados o aprovam;

2 Srs. Deputados o rejeitam. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, arguindo a respeito das providências que serão tomadas a respeito dos moradores que residem em área de preservação de mananciais. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em forma de apelo visando a criação da 2a. Vara Judiciária na Comarca de Goioerê. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de artigo referente à prisão de elementos de uma gangue, bem como solicita ao Sr. Secretário da Justiça informações referente aos mesmos. — Aprovado. — (O artigo acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, encarecendo a mudança do Ministro da Agricultura e que no posto, seja nomeado um Ministro, que além de paranaense, tenha representação no setor rural. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à direção da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico na sede do Distrito de Guaratuba, Município de Colombo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um Posto Policial na sede do Distrito de Guaratuba, Município de Colombo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dismont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, solicitando

a reportagem publicada no jornal "Folha de Londrina", que mostra a crítica situação em que se encontra hoje a BR-376 "Rodovia do Café".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil S.A. sugerindo modificações no sistema de cobrança de juros nos financiamentos agrícolas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Presidência da COPEL, encarecendo a extensão de rede elétrica na rua 8, Jardim Monza, no Município de Colombo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao jornal "O Estado do Paraná" pela promoção "Corujinha de Ouro", premiando os melhores do futebol paranaense.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Gerente Regional do BNH e Diretor Presidente da COHAB, encarecendo estudos para o parcelamento das prestações atrasadas dos moradores do Jardim Samambaia em Paranaguá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Estadual da CIBRAZEM, visando a implantação da CEASA, no armazém da CIBRAZEM, no Município de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, lido da tribuna, solicitando voto de louvor pela passagem do 19.º aniversário de emancipação política do Município de Palotina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros do Planejamento e da Fazenda, no sentido de que seja revista a limitação da expansão de crédito em quarenta e cinco por cento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade aos caminhoneiros de Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Palotina que iniciam movimento paredista, concentrando-se no Município de Guaíra.— Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A greve que se deflagrou na frente da cooperativa de Marechal Cândido Rondon, e que hoje se encontra concentrada em Guaíra e ao mesmo tempo acompanhávamos a greve dos suinocultores, o movimento "JUSTIÇA E TRABALHO", poucas autoridades tomaram conhecimento da gravíssima situação em que se defrontam os motoristas que hoje lá estão concentrados, em número de 72 veículos parados e mais de 100 motoristas concentrados naquele porto.

Na realidade, o ano passado já estes mesmos motoristas reclamavam do preço do frete que está sendo concedido, pelas transportadoras, ao transporte de trigo.

O CETRIN contrata, através de concorrência pública, transportadoras que aceitam o preço oferecido que firma o contrato de transporte e depois estas mesmas transportadoras não podendo cumprir com os encargos do transporte, com o elevado custo do combustível, passam a sacrificar os motoristas

autônomos no sentido do preço.

E assim as transportadoras lavam as mãos, o CETRIN lava as mãos.

Já no ano passado o mesmo problema havia deflagrado em Rondon uma greve, quando naquela ocasião reunidos aqui, em Curitiba, representantes do Governo municipal de Marechal Cândido Rondon com Deputados desta Casa, juntamente com líderes do setor das empresas transportadoras, firmaram, segundo notícias, um documento de que o preço do frete aumentaria proporcionalmente ao preço de combustível e demais derivados necessários para a manutenção dos caminhões e que encareceriam o frete.

Naquela ocasião, lembro-me que estando em Marechal Cândido Rondon, acompanhava aquele movimento paredista; foi dito por um Vereador de que este documento era frio, de que nada resolveria e, nesta ocasião, o Vereador recebeu duras críticas, inclusive por parte do setor dos próprios motoristas.

No entanto, aquele Vereador hoje pode ser considerado profeta; porque em menos de um ano após deflagrar-se outra greve. Nós perguntamos: onde estão então os Deputados que desfilarão em Marechal Cândido Rondon, declarando vitoriosa a greve dos motoristas?

Onde estão aquelas lideranças municipais que, naquela ocasião, iludiram os motoristas, assinando documentos que não sabemos onde estão hoje?

E aí voltamos outra vez ao problema.

Só para caracterizar a gravidade da situação, o frete, o aumento proposto é de vinte por cento, tomando por exemplo o frete de Vila Nova-Toledo a Guaíra. De Cr\$ 178,00 a tonelada, passa a Cr\$ 220,00, portanto um aumento aproximado de vinte por cento.

Diga-se de passagem que inclusive existe, conforme determinação da Delegacia do Trabalho, o frete não devia ser pago por tonelada mais sim, segundo a legislação existente, deveria ser pago por km rodado.

No entanto, a legislação que favorece a classe dos trabalhadores é feita por este Governo exatamente para ser burlada (que) por aqueles que exploram e oprimem esta classe.

Fechando este parêntese, veja Sr. Presidente e alguns dos Srs. Deputados, o óleo lubrificante aumentou de 400, do ano passado para este ano, a 1.820 cruzeiros, segundo informações dos próprios motoristas.

Portanto, aumentou em 450 por cento. Se nós formos verificar o aumento do óleo combustível, encontramos um aumento de 150 por cento.

Se formos verificar inclusive o aumento dos pneus, que no ano passado um pneu liso custava em torno de 6 mil cruzeiros, tudo em base do transporte feito em caminhão Mercedes, 11-13, nós encontramos para este ano o preço em torno de 15 mil, portanto, em torno de 150 por cento.

O próprio veículo, o próprio caminhão aumentou extraordinariamente em torno de 110 por cento.

E assim, registramos altas em torno de 150, 200, 300, 400 por cento, em alguns casos, no preço de manutenção dos veículos, como também nas despesas de combustível e assim por diante.

No entanto sei lá, se é o CETRIN ou as transportadoras, os dois órgãos lavam as mãos, dizendo que não têm eles a culpa. Existe opressão, mas não existe opressor. Esta é realmente a flagrante contradição em que se encontram os motoristas.

Sabe-se que estão sendo oprimidos; sabem que receberam um aumento de 20 por cento, apenas quando o transporte, as despesas, o custo do transporte, aumentou em torno de 200 a 400 por cento.

No entanto ninguém é responsável. Todos lavam as mãos. Transportadoras que o ano passado lideravam, inclusive a greve. E o CETRIN, setor do Banco do Brasil. Lá estão os

motoristas, reunidos; estivemos em contato inclusive com o 5.º batalhão de fronteira de Guaíra, para saber da situação; e lá fomos informados, enquanto os motoristas estiverem na beira da calçada, tomando o seu chimarrão, tranquilos, não colocando, não fazendo nenhuma interdição de estradas, não montando piquete, que seria então considerado, por aquele comandante, como ato de força, eles inclusive estão reivindicando o que é justo e têm todo o direito.

No entanto, no momento que eles levantarem piquetes, irão experimentar assim como os suinocultores, a força dos órgãos de repressão.

Agora, acredito que aqueles motoristas poderão apodrecer na beira da calçada, estacionados com seus mais de 72 caminhões, sem que ninguém haverá de tomar providências.

Eu pergunto, se o sistema que estipula 20 por cento apenas de aumento, sem deixar a possibilidade do próprio motorista, reagir de forma pacífica, se isto não é também um ato de força.

Há possibilidade de responder a tamanha violência, sem se tomar atitudes mais enérgicas, por parte da própria classe?

A um ato de força, se responde com outro ato de força; e é essa a situação que nós encontramos.

Enquanto que aquele movimento paredista não encontrar sensibilidade por parte dos órgãos responsáveis, acreditamos que para eles não restará outra alternativa, a não ser chamar a atenção do Governo e dos responsáveis por este aumento vergonhoso, fazendo e montando seus piquetes.

Aqueles que tornam os movimentos pacíficos impossíveis, que são intransigentes diante de reivindicações pacíficas, estão nada mais do que tentando promover exatamente a violência que não é desejada por nós; mas, infelizmente, será essa a consequência final.

Sr. Presidente, esta Casa vota, neste instante, apenas um voto de solidariedade, seria o mínimo que estamos pedindo, a esses motoristas.

Se nem isso eles encontram dos Senhores Deputados e deste Poder Legislativo, o que mais poderão, então, esperar do Governo?

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de apelo no sentido de ser concedida dilação de prazo para recolhimento do ICM do comércio referente ao mês de dezembro do corrente ano. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com o apoio dos Senhores Deputados Erondy Silvério e Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial de Parlamentares, com o objetivo de pleitear do Governo Federal a liberação de recursos para a continuidade dos programas habitacionais do Estado do Paraná. — Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa deferiu.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

1 Sr. Deputado o aprova;

3 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 34 e 95/80.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1980.

"DETIDOS QUATRO DA GÂNGUE"

Um clima de muita movimentação foi registrado na tarde de ontem na Delegacia de Furtos e Roubos, quando agentes policiais apresentaram quatro componentes de uma gangue formada por onze elementos, que há algum tempo vinham praticando assaltos em Curitiba. Por mais incrível que pareça, esta quadrilha era formada por reclusos da Penitenciária Central do Estado e policiais militares.

Muitas investigações e trabalhos ininterruptos realizados pelos agentes foram necessários para o desbaratamento da quadrilha. Os quatro presos em Curitiba são: João Carlos Martins Castilho, 44 anos, atualmente cumprindo os últimos meses de uma pena de 17 anos de reclusão por assalto à mão armada e outros crimes; Benedito da Costa, "vulgo Fico", que já cumpriu pena por assalto; Osmar Leal de Lima, que seria o motorista do bando, e também já passou pela penitenciária por tóxicos e assalto; e Sérgio Fernando Franco, de 18 anos, sem antecedentes, porém o único que confessa ter participado dos assaltos e acusa os outros bandidos.

Em Foz do Iguaçu, na semana passada, policiais locais conseguiram prender outros quatro elementos que integram o mesmo bando, tratando-se de Reginaldo Galvão e Jackson Almeida, ambos policiais militares. Aguinaldo Galvão, ex-PM e Antônio Cezar Alves. Eles estão implicados no assalto à Relojoaria Universal, em São José dos Pinhais, realizado no último dia 12. Por ocasião de suas prisões, foi também apreendido cerca de 500 mil cruzeiros em jóias, roubadas daquele estabelecimento.

Segundo agentes da DFR, ainda faltam ser detidos Jaime de Souza Martins, vulgo "Catarina", recluso de Piraquara; Arnaldo Muchem, de 27 anos, ex-pre-

sidiário e Jairo Lopes de Almeida.

Um dos principais assaltos realizados pela gangue, conforme afirmou o Delegado Sidney Michalizem, foi contra Roberto Zapp, funcionário da PETROBRÁS, quando lhe foi tomado seu Opala, placas QQ-0733, além de 1.500 cruzeiros, no dia dois deste mês. De posse deste veículo, os marginais, após prenderem a vítima no porta-malas, assaltaram o restaurante La Casa Di Frango, situada na Avenida Presidente Kennedy, de onde levaram 230 mil cruzeiros, além de diversos cheques. Depois, ainda com o mesmo automóvel, eles assaltaram o Restaurante da China, localizado na Rua Fernando Amaro, conseguindo roubar, após dominarem cerca de 20 pessoas, 22 mil cruzeiros, relógios e jóias dos fregueses.

Enquanto a polícia investigava estes casos, com muito poucas pistas para solucioná-los, os bandidos que costumavam reunir-se na residência de Benedito da Costa, na Rua dos Ferroviários, número 40, na Vila Oficinas, tramaram o assalto contra a relojoaria, que foi praticado por "Tito" e três outros marginais, quando roubaram cerca de quatro milhões de cruzeiros e jóias. Ainda a Panificadora Trigo's foi assaltada, quando eles levaram 50 mil.

NEGAM A PARTICIPAÇÃO

Contrariados, mas falando com muita desinibição com exceção de Sérgio Fernando Franco, todos os outros presos aqui negam qualquer participação nos crimes, tendo Castilho afirmado que "se a polícia não consegue desvender um assalto, ou uma série deles como ocorreu, procura fabricar um assaltante, só para dar uma explicação à população, e é isto que estão fazendo comigo".

Por sua vez, Benedito dizia: "É verdade que eles se reuniam de vez em quando na minha casa, mas eram todos amigos, iam lá bater um papo ou tomar uma cerveja, já que nos conhecemos na cadeia, e eu não poderia mandar embora de casa um companheiro. Porém não é verdade que a gente se reunia para planejar assaltos, e também não sei se eles assaltaram ou não; só sei que não tenho nada com tudo isso".

Da mesma forma que os dois outros, Osmair Leal afirma não ter feito os assaltos, muito embora tenha sido preso na casa de Benedito e seja acusado de ter sido o motorista do Fiat que proporcionou a fuga dos marginais que entraram na relojoaria. Segundo ele, nem mesmo as vítimas o reconheceram e, como Castilho, ele diz que Sérgio, o único que confessa a participação, foi coagido pelos policiais para incriminar os outros, já que eles não conseguiram prender os verdadeiros assaltantes. Ele cumpriu pena de quatro anos em 1974, por uso de drogas e assaltos.

Sérgio, de 18 anos, o único que não conta com antecedentes, também foi o único que relatou os assaltos, contando com detalhes tudo o que aconteceu. Conforme seu relato, Castilho e Benedito seriam os cabeças do bando e foram eles que conseguiram um revólver para que ele pudesse participar das ações criminais. Dos assaltos praticados, ele ficou com 50 mil cruzeiros, que foram gastos na "bagunça".

PREVENTIVA

Os elementos detidos em Foz ainda continuam

presos lá, devendo nos próximos dias ser recambiados para nossa Capital. Conforme declarou o Delegado Michalizem, já foi decretada a prisão preventiva de todos eles, que nas próximas horas serão encaminhados ao Ahu, onde aguardarão o desenrolar dos fatos.

Revoltados com a decretação da preventiva, os elementos afirmam que faltam provas de suas participações, dizendo que nem mesmo foram acareados ou tiveram qualquer outro fato positivo que realmente os incriminasse e até as testemunhas não conseguiram reconhecê-los como sendo os verdadeiros assaltantes.

Castilho, que estava prestes a terminar sua pena, dizia que faria tudo o que for possível para provar sua inocência. Ele, o que é possuidor de grande inteligência, já escreveu dois livros, um dos quais com o título de "As Marcas da Prisão", será lançado em janeiro próximo, e autor de diversas palestras proferidas em universidade, afirmava que a polícia não terá o gosto de fazê-lo novamente um marginal. Sem saber que sua preventiva já estava decretada, ele apresentou-se na DFR, assim que tomou conhecimento que estava sendo procurado, e imediatamente ficou recolhido no xadrez daquela especializada.

INVESTIGAÇÕES

Todo o desbaratamento da gangue teve início com a prisão de Sérgio e com investigações realizadas pelo 8.º Distrito Policial. A princípio ele estava sendo acusado de estar envolvido com passagens de cheques sem fundos, e foi apresentado naquele distrito pelo próprio pai, que desconhecia seu envolvimento nos assaltos.

No distrito, ele deu algumas informações sobre os assaltos, e imediatamente a DFR foi comunicada, ficando a equipe "F" daquela especializada, composta pelos policiais Teixeira, "Índio", Furlaneto, Zé Henrique, Ernani e pelo Delegado Vitoldo, encarregada de averiguar os fatos.

De posse das informações cedidas por Sérgio, as investigações prosseguiram por vários dias, até que culminaram na prisão dos quatro, ficando ainda três marginais a serem capturados.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON BUFFARA, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 1980.

"PARANAGUÁ, ÚNICO QUE NÃO PREOCUPA

Se há um porto no Brasil que não preocupa o governo e satisfaz quase plenamente os seus usuários, este porto é o de Paranaguá. Para se ter uma idéia mais clara sobre esta afirmação, os exportadores que operam por lá têm apenas duas reclamações a fazer: a desorganização das empresas paraguaias e um certo "protecionismo" na distribuição dos vagões que partem de Curitiba na época das safras. Fora isso, os usuários são unânimes em dizer que o porto de Paranaguá é ótimo.

Na definição da maioria dos exportadores, o porto "é o mais barato, mais seguro e mais tranquilo do País". Para as grandes empresas, estas qualidades resultam da facilidade que encontram para a ins-

talação de seus próprios terminais. Empresas como a SANBRA e a CARGILL operam seus terminais para exportação de cereais com taxas elevadas de produtividade, e além de um arrendamento barato, têm uma bonificação de cinquenta por cento nas taxas de utilização.

Mas não são apenas as grandes empresas que estão satisfeitas com a fluência, segurança e, sobretudo, os preços. As que dependem das instalações do porto ou de serviços de terceiros também vivem dizendo que as condições são ótimas.

— Para nós, a única forma de reduzir os custos dos serviços é passar a operar em um terminal próprio, o que pode ser feito sem grandes dificuldades por parte do porto, que se mostra muito interessado em investimentos privados na sua área — dizem os dirigentes da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná.

Com todas estas vantagens, é natural que o movimento do porto aumente. Só nos três primeiros semestres deste ano, mais de dois milhões de toneladas dos mais diversos produtos foram movimentadas por Paranaguá. Em igual período do ano passado, o total atingiu 1,5 milhão de toneladas e tanto a administração como os usuários dizem que este aumento de movimentação e carga não afetou a eficiência do porto.

— Paranaguá é o porto brasileiro mais importante para o escoamento de cereais e subprodutos — afirma o engenheiro Luiz Amatuzzi, o superintendente do porto.

Na verdade, nos últimos dois anos, Paranaguá se impôs como o maior exportador de cereais, sobretudo da soja, tanto em forma de grãos quanto na de farelo e óleo. No ano passado, para um total de 5,1 milhões de toneladas de farelo exportadas pelo Brasil, 2,5 milhões saíram de Paranaguá. Do mesmo modo, o porto paranaense destacou-se nas exportações de óleo — quarenta por cento das exportações brasileiras — e mais notadamente em grãos, atingindo a marca de setenta por cento do total exportado.

Em parte, os técnicos do porto explicam o crescimento das exportações via Paranaguá pelo fácil

acesso ao porto, que absorve a produção do Paraná e de uma parte significativa da soja do Mato Grosso, parte de São Paulo, Norte de Santa Catarina e o aporte, cada vez maior dos produtos originários do Paraguai.

Mas existem também razões internas para justificar a maior procura dos serviços portuários de Paranaguá. Bem equipado, o porto dispõe hoje de sete grandes pontos de embarque, num cais acostável de 4.500 metros, nove esteiras transformadoras de embarque com capacidade total de 5.400 toneladas/hora, 11 armazéns na área externa com 32 mil metros quadrados e 21 armazéns na área interna, ocupando 63.360 metros quadrados.

Além disso, cinco grandes silos com capacidade para 200 mil toneladas são capazes de absorver, sempre com folga, a demanda dos exportadores, facilitando o escoamento. Por esta razão, é raro um caso de multa por atraso no embarque, mesmo em épocas de pique de safra. O que acontece, comumente, é o contrário: o porto paga prêmios de rapidez para praticamente todos os seus usuários.

— Com suas instalações ampliadas recentemente (a construção de um silo para 100 mil toneladas e um terminal para estacionamento de caminhões com controle para carga e descarga) o porto de Paranaguá está funcionando satisfatoriamente — comenta o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende. Ele operou normalmente no escoamento de toda a safra paranaense deste ano, não apresentando qualquer problema.

— O reaparelhamento do porto permitirá realizar exportações combinadas — prossegue o Ministro — isto é, carregamento de uma parte do navio com produtos agrícolas e depois complementação da carga com outro produto, por exemplo, com minério de ferro, em Vitória. Este tipo de carga se destina, basicamente, ao Extremo Oriente. Na volta, estes navios poderão trazer carvão metalúrgico da Austrália, ou petróleo da China. A operação já foi testada este ano, em Paranaguá mesmo, e obteve pleno êxito.